



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NAYARA LOUISE CARVALHO TROCOLI

“OS MENINOS DA ROTA E OS MENINOS DA CASA”: sentidos
do cuidado produzidos por crianças em um serviço de
acolhimento

Petrolina
2017

NAYARA LOUISE CARVALHO TROCOLI

“OS MENINOS DA ROTA E OS MENINOS DA CASA”: sentidos do cuidado produzidos por crianças em um serviço de acolhimento

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Orientadora: Luciana Duccini
Coorientador: Marcelo Silva de Souza Ribeiro

**Petrolina
2017**

T843m Trocoli, Nayara Louíse Carvalho
“Os meninos da rota e os meninos da casa”: sentidos do cuidado produzidos por crianças em um serviço de acolhimento / Nayara Louíse Carvalho Trocoli. -- Petrolina, 2017.
xi, 137 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Duccini.

Referências.

1. Psicologia social. 2. Acolhimento - crianças. 3. Cuidado - crianças. 4. Serviço social com crianças. 5. Produção de sentido. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 301.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

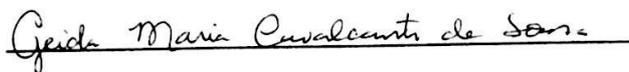
Nayara Louíse Carvalho Trocoli

**“OS MENINOS DA ROTA E OS MENINOS DA CASA”: sentidos do cuidado
produzidos por crianças em um serviço de acolhimento**

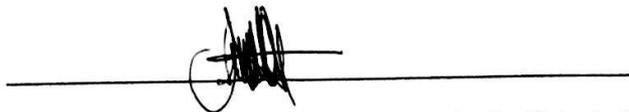
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Psicologia, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco



Luciana Duccini, Doutora em Ciências Sociais, CPGPSI/UNIVASF



Geida Maria Cavalcanti de Souza, Doutora em Psicologia, CPGPSI/UNIVASF



Silvia Raquel Santos de Moraes, Doutora em Psicologia, Colegiado acadêmico
de Psicologia/UNIVASF

Petrolina, 23 de outubro de 2017 .

Dedico este trabalho aos meninos acolhidos na instituição que a pesquisa foi realizada e a todas as outras crianças cujas falas não são reconhecidas pelos adultos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o carinho e amor da minha família (minha irmã Natália, tias e tios, primas e primos) e, especialmente, a minha mãe Iara e tia Iêda, pelo apoio incondicional, amor e cuidado comigo. Mãe, eu não chegaria até aqui sem você que sempre me ensinou a perseguir os meus sonhos.

A minha vovó Guiomar e a tia Diva (in memoriam) por todo cuidado e amor dedicado quando eu era criança, sempre instigando que eu expressasse o que sentia e o que pensava.

A minha amiga Ianne Gardenia Soares Macedo (in memoriam), que precocemente deixou o mundo, mas que durante a vida sempre acreditou que eu seria capaz de chegar onde desejasse, por todo amor, sinceridade e respeito comigo.

A minha prima-irmã Leila Verônica e ao meu sobrinho João Pedro por todo amor, sorrisos e presença na minha vida.

Aos meus amigos de infância, da adolescência (3^ºE), da graduação e da vida, que vibraram felicidade com a minha aprovação no programa de mestrado em Psicologia da Univasf, especialmente Auricléia Gomes, Aline Rodrigues, Francimila Araújo, Marianna Barbosa Almeida, Maiara Rocha Silva e Tiago Oliveira que estiveram muito próximos a mim no período de finalização da dissertação, sempre representando apoio, respeito e cuidado comigo.

Agradeço a Leonardo Guimarães pelo apoio durante as etapas da seleção para discente no Programa de Pós-graduação em Psicologia (CPGPSI) da Univasf e durante o resultado da minha aprovação.

Aos amigos que construí durante o período que trabalhei como Psicóloga no CAPS AD III Célia Maria de Oliveira Alencar, especialmente a Lorena Alves, Marianna Barbosa Almeida, Micaele Novaes, Rita Glícia Figueiredo, Juliene Tolentino e Marcelo Oliveira.

Aos amigos da primeira turma de Mestrado em Psicologia, Aline Melo, Pollyana Dias, Walter Resende, Thiago Freitas e Gleice Cordeiro.

A minha orientadora professora Luciana Duccini, por todo aprendizado no decorrer dos últimos dois anos, pelo cuidado, acolhimento e por se lançar comigo na pesquisa que originou esta dissertação e em todo o processo de construção.

Agradeço o professor Marcelo Ribeiro, por ser o meu coorientador e por ter possibilitado a minha participação no NUPIE (Núcleo de Estudos e Práticas sobre Infância e Educação Infantil) ainda na graduação, o que instigou o meu interesse por estudos sobre a infância.

Por fim, imensa gratidão às crianças acolhidas no serviço de acolhimento onde realizei a pesquisa, por terem me recebido tão bem, por terem possibilitado que eu aprendesse com as suas maneiras de perceber o mundo e a si próprias.

Alguém cuidar da gente pra ficar bom e feliz é cuidado.
(Luiz, 09 anos)

RESUMO

A dissertação é fruto de uma pesquisa, de natureza qualitativa e etnográfica, que teve a finalidade de conhecer compreensões do cuidado de crianças do sexo masculino em um serviço de acolhimento, localizado no Sertão do Submédio do São Francisco. Os dados são oriundos de observações realizadas no decorrer de aproximadamente seis meses de inserção no campo e de elementos coletados nas entrevistas individuais realizadas a partir dos desenhos elaborados pelos participantes. Destacamos que os desenhos foram utilizados como recurso lúdico e estímulo para verbalização da compreensão do cuidado e da experiência no cotidiano institucional. Os dados foram analisados como campo das práticas discursivas. Os resultados revelam uma compreensão de cuidado a partir da experiência com o lúdico, o que propicia a afetividade entre os participantes e a possibilidade de ressignificar a história que acarretou o acolhimento institucional. O cuidado também é entendido como a garantia das necessidades básicas. Outro dado relevante é que as crianças participantes reconhecem a si e ao grupo de pares como pessoa e protagonista da própria experiência de vida, rompendo com a compreensão de infância como passividade. Por fim, este trabalho sugere pesquisas sobre o apadrinhamento afetivo e compreensões sobre o conselho tutelar na perspectiva de crianças em condição de acolhimento institucional.

Palavras-chave: Cuidado. Crianças. Acolhimento. Produção de sentido.

ABSTRACT

The dissertation is the result of a research that had the purpose of knowing understandings of the care of male children in a shelter service, located in the Sertão do Submédio do São Francisco. The research had an ethnographic approach. The data result from approximately six months of observations, as well as from elements collected in the individual interviews which explored the drawings elaborated by the participants. We emphasize that the drawings were used as a playful resource and stimulus for verbalization of the understanding of care and of the experience in the institutional daily life. Data were analyzed according to the discursive practices approach (Spink, 2010; 2014). The results reveal an understanding of care that arises from experiences with playfulness, which fosters affectivity among the participants and the possibility of attributing new meanings to the life story that has led to institutional reception. Care is also understood as the guarantee of basic needs. Another relevant fact is that the participating children recognize themselves and the peer group as persons and protagonists of their own life experience, breaking with the understanding of childhood as passivity. Finally, this thesis suggests more research on affective sponsorship and understandings about the tutelary board in the perspective of children in an institutional reception condition is needed.

Key-words: Care; Children; Shelter; Production of meaning.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
1.1 Conceito de Infância.....	19
1.2 Infância: da Antiguidade ao Mundo Moderno.....	22
2. Instituição de Acolhimento: breve Histórico.....	26
2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).....	28
2.2 O Abrigo.....	33
2.3 A Casa Lar.....	36
2.4 A Casa de Passagem.....	37
2.5 A Família Acolhedora.....	39
2.6 Instituição de Acolhimento e práticas de Cuidado.....	42
3. Metodologia.....	46
3.1 A Instituição.....	49
3.2 Participantes.....	50
3.3 Produção de Desenhos.....	51
3.4 Entrevistas.....	54
3.5 Aspectos Éticos.....	55
4. Resultados: “Brincar também é cuidar”: o cotidiano na Casa de Proteção.....	57
4.1 A Etnografia e a brincadeira como via de inserção no cotidiano institucional.....	57
4.2 Os meninos da Rota e os meninos da Casa.....	62
4.3 O lugar da brincadeira.....	65
4.4 Amizade e afetividade.....	70
5. Compreensões de Cuidado: “O lugar que é bom e ruim”.....	74
5.1 Cuidado como a garantia de necessidades Básicas.....	80
5.2 Cuidado como “cura”.....	82
5.3 “O Lugar de Vida”.....	87
5.4 A fuga.....	90
6. Conclusão.....	96
Referências.....	103
Apêndice A.....	107
Apêndice B.....	108
Anexos.....	128

1. Introdução

A infância, enquanto objeto ou conceito, pode ser compreendida de diversos modos. Para alguns autores representa uma fase singular do desenvolvimento humano e a Psicologia, ao longo de décadas em que se fortalece como Ciência e Profissão, têm desenvolvido conhecimento e sentidos sobre os primeiros dias e meses após o nascimento do bebê, até o período que antecede a puberdade, a partir de diversos olhares epistemológicos. A infância também pode ser compreendida como os primeiros anos de contato do ser humano com o mundo e tudo que esse mundo produz: relações, afeto, objetos, cores, lugares e sentidos.

Para além de compreender a infância como fase de desenvolvimento e discutir um conceito de infância a partir de uma compreensão que é social, nesta Dissertação serão apresentados alguns elementos da infância a partir da experiência de pessoas que os vivenciam, as crianças. Além disso, será dado destaque às formas como estas lidam com a experiência de acolhimento institucional e compreendem o cuidado de que necessitam, que deve ser ofertado em instituições de proteção como estabelecido por políticas públicas de cuidado à infância.

À luz da Psicologia Social, ao longo desta Dissertação, apresentaremos o conceito de infância enquanto fenômeno social construído a partir de sentidos (socialmente compartilhados), o entendimento que o Estado e o Direito produzem sobre a infância (tomando o Estatuto da Criança e do Adolescente como marco legal), um breve histórico das primeiras instituições de acolhimento, especialmente no que se refere ao contexto do Brasil, chegando à possibilidade de proteção à criança por meio das modalidades de acolhimento instituídas a partir das políticas públicas de proteção e, por fim, uma compreensão de cuidado discutida a partir do trabalho de campo entre meninos acolhidos em uma instituição.

Esta Dissertação é produto de uma pesquisa em que objetivamos conhecer a compreensão de cuidado mantida por crianças acolhidas em uma instituição de acolhimento a partir da experiência destas no cotidiano institucional, o que se caracteriza como o objetivo geral da pesquisa. Isto implica também na compreensão dos sentidos que produzem sobre o acolhimento e o cuidado que é ofertado no Abrigo e na Casa Lar, pois representam o campo em que a pesquisa foi realizada. Esforçamos-nos para sermos fidedignos a tudo que foi observado, escutado e compartilhado pelas crianças participantes e que, para fins de pesquisa, é compreendido como dado e fenômeno social, no intuito final de possibilitar visibilidade à criança em condição de acolhimento institucional, rompendo com o entendimento de que esta não saberia falar sobre os sentidos produzidos a partir do que vive e sente. Por fim, também objetivamos viabilizar uma discussão sobre a relevância da atuação do Psicólogo em serviços de acolhimento para crianças e que será apresentada na conclusão desta dissertação. Tais inquietações mencionadas foram tomadas como objetivos específicos na pesquisa realizada. Em vários momentos da pesquisa, as crianças contrariaram esta visão:

Pesquisadora: O que é sarar?

Luiz: Sarar é deixar a pessoa curada.

Pesquisadora: O que é uma pessoa curada?

Luiz: É uma pessoa que está boa.

Pesquisadora: E quando a pessoa está curada ela está como?

Luiz: Feliz. (Luiz¹, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar).

¹Todas as crianças participantes da pesquisa serão mencionadas e identificadas com nomes fictícios, assim como a instituição que as acolhe, visando a proteger a privacidade de todos os colaboradores.

Pesquisadora: E você sentiu alguma coisa quando estava fazendo esse desenho?

Ricardo: Sim.

Pesquisadora: Sentiu o que?

Ricardo: Esperança.

Pesquisadora: Esperança?

Ricardo: Sim.

Pesquisadora: Por que você sentiu esperança?

Ricardo: Porque é o que eu coloquei no meu desenho e eu gosto de sentir esperança. (Ricardo, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar).

De modo muito mais geral, podemos considerar que a concepção de infância no mundo moderno “(...) foi o resultado de um longo processo social que envolveu transformações na organização social, desde o ponto de vista da esfera privada das famílias até a esfera pública da convivibilidade social” (Mendonça, 2002, p.114). A família, então, passou a ter novas configurações, sobretudo no aspecto social, o que influenciou diretamente a maneira de perceber a criança.

Assim, a infância é entendida nesta pesquisa como uma fase ímpar na experiência de vida, fundamental na construção de identidades e subjetividades, que pode ser considerada como uma etapa do desenvolvimento humano que vai além dos aspectos fisiológicos, envolvendo a inserção na cultura, por meio da percepção sobre as semelhanças e diferenças individuais, imprescindível na construção dos primeiros projetos de vida.

A pesquisa realizada surgiu a partir de um estudo realizado pela autora, apresentado como um trabalho de conclusão de curso em Psicologia no ano de 2014, ainda não publicado e que objetivou conhecer a compreensão de cuidado de crianças do

sexo feminino acolhidas em uma Casa Lar, localizada em um município² do Sertão Pernambucano. As causas para o acolhimento podem ser diversas, porém surgem de situações de vulnerabilidade a que as crianças foram submetidas. Neste sentido é fundamental conhecer e problematizar as práticas de cuidado ofertadas nas Instituições de Acolhimento.

Ressaltamos que no presente trabalho pretendeu-se conhecer a compreensão de cuidado que emerge das experiências de crianças do sexo masculino acolhidas em uma instituição que atende nas modalidades Abrigo e Casa Lar, localizada no Sertão do Submédio São Francisco, caracterizando-se como o objetivo geral. Durante a pesquisa percebeu-se que tais compreensões eram diversas, sendo necessário considerar as situações de violência (psicológica, negligências e violência física) que os participantes desta pesquisa vivenciaram e também a história de vida de cada um destes, a partir do que cada criança compartilhou com a pesquisadora.

Ao considerarmos que tal compreensão pode surgir a partir do cuidado que é ofertado no Abrigo e na Casa Lar, conhecer como a criança percebe e vivencia o cuidado pode possibilitar uma reflexão sobre as práticas ofertadas na instituição em que a pesquisa foi realizada, do ponto de vista daquelas que devem ser atendidas por ela, o que já foi destacado anteriormente como um dos objetivos específicos. Nosso intuito final é provocar uma reflexão sobre a importância da Rede de Proteção a criança e, por meio dos dados coletados nesta pesquisa, poder contribuir com o fortalecimento da Rede local, o que também se caracteriza como o último objetivo específico na pesquisa realizada.

Assim, pode-se dizer que o objetivo desta pesquisa foi possibilitar a emergência de sentidos do cuidado para as crianças atendidas em uma instituição de acolhimento a

² A cidade em que se localizam as instituições também não será identificada, pois fazê-lo seria o mesmo que nomear as casas em questão.

partir da inserção da pesquisadora no cotidiano institucional. Conhecer a atenção prestada e as práticas cotidianas, na instituição de acolhimento em que a pesquisa foi realizada, permitiu-nos perceber a emergência de sentidos, considerados como objetos do conhecimento prático do senso comum e assim, embora profundamente imbricados na experiência pessoal, também marcados pelas condições sociais e culturais em que os participantes estão inseridos.

Para tanto nos ancoramos na abordagem de Spink (2010) e nas práticas discursivas no cotidiano como método de análise dos diversos sentidos atribuídos à experiência de cuidado e de acolhimento institucional. Neste sentido, tudo que foi observado e compartilhado pelos participantes com a pesquisadora foi considerado como uma “porta de entrada” para compreensão dos sentidos. “Situamos o sentido como uma construção social, e enfatizamos que tal construção se dá num contexto, numa matriz que atravessa questões históricas e culturais e que é essa construção que permite lidar com situações e fenômenos do mundo social.” (Spink, 2010, p. 35).

Como dito anteriormente, nesta Dissertação apropriamos-nos da concepção de infância enquanto fenômeno social, para além da compreensão como fase do desenvolvimento humano. Deste modo apresentaremos o conceito de infância a partir de Corsaro (2011), que entende a infância como fenômeno que também é social e cultural. Isto vai ao encontro do empreendimento que assumimos ao buscar conhecer os sentidos atribuídos à experiência de cuidado produzidos por crianças do sexo masculino em acolhimento institucional.

Deste modo, a pesquisadora se inseriu na instituição na perspectiva da observação participante e também etnográfica, durante um período de seis meses, para que pudesse participar do cotidiano institucional e do grupo de meninos acolhidos. Vale ressaltar que o trabalho etnográfico na pesquisa com crianças possibilita que o

pesquisador possa ver o mundo pelos olhos das crianças, a partir da imersão no cotidiano ao se dispor a participar da cultura infantil (Corsaro, 2011), fundamental para compreensão não apenas da criança, mas, do modo que esta reconhece e percebe o mundo. “A etnografia é um método eficaz para estudar crianças porque muitos recursos de suas interações e culturas são produzidos e compartilhados no presente e não podem ser obtidos facilmente por meio de entrevistas reflexivas ou questionários” (Corsaro, 2011, p. 63).

Também foram utilizados a elaboração de desenhos e entrevistas semiestruturadas como instrumentos para coleta de dados, pois, o primeiro pode ser caracterizado como recurso lúdico, prazeroso e não invasivo. Já o segundo instrumento, a entrevista, como uma possibilidade da criança descrever o que desenhou e os diversos sentidos atribuídos ao desenho e aos elementos apresentados. Corsaro (2011) destaca a importância da utilização de diversos recursos no método de investigação na pesquisa com crianças, pois, a diferença de idade entre o pesquisador e a criança pode provocar um desequilíbrio na interação entre estes. A utilização de recursos variados (desenhos, fotografias, leitura de histórias, entrevistas em grupo e etc.) pode reduzir as diferenças e propiciar um contexto natural para criança.

Destacamos que não utilizamos a elaboração de desenhos como instrumento para avaliação da personalidade dos participantes, mas, como uma possibilidade de acesso aos sentidos que a criança, devido à fase de desenvolvimento e possíveis limitações, não consegue verbalizar. Assim a utilização do desenho se constituiu como estímulo à verbalização, por meio da criatividade e do ato de expressar a subjetividade. Os participantes desta pesquisa elaboraram desenhos que apresentam elementos do cotidiano, das relações entre os iguais (as demais crianças acolhidas), sentimentos,

autoimagem e compreensões de cuidado, através dos sentidos construídos coletivamente.

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas após a finalização dos desenhos e, nelas, os participantes foram provocados a descrever o que foi elaborado nos desenhos como: cenários, pessoas, situações vivenciadas no cotidiano institucional, sentimentos e o cuidado que experienciam, por meio do que é ofertado na instituição. Logo, não foram realizadas inferências prévias sobre o que foi desenhado. Cada criança participante da pesquisa pôde descrever e falar sobre os sentidos que atribuiu aos desenhos. “Utilizando entrevistas, os pesquisadores também podem estudar tópicos da vida de crianças que são extremamente importantes, mas raramente são discutidos nas interações diárias – como o divórcio, as relações familiares, a violência ou outras questões delicadas.” (Corsaro, 2011, p. 62).

Por fim, destacamos o compromisso ético da pesquisadora e de todos os pesquisadores (professora orientadora e professor coorientador) envolvidos com esta pesquisa no que se refere aos dados coletados que, para além da compreensão de cuidado de crianças participantes e acolhidas em uma instituição, também dizem respeito a componentes da história de vida, emoções, desejos, sentimentos, frustrações, alegrias e tristezas compartilhados com a pesquisadora durante o período de novembro de 2016 à abril de 2017. Deste modo, por razões éticas, não apresentaremos, nos resultados, informações detalhadas e relacionadas à história de vida dos participantes, no intuito de preservar o anonimato e a própria história da criança, além da identificação dos participantes com nomes fictícios.

A dissertação está organizada em seis capítulos. Apresentaremos um breve histórico sobre o surgimento das instituições de acolhimento na Europa, o contexto brasileiro, as políticas públicas de proteção à infância como marco legal e o

estabelecimento de serviços de acolhimentos a partir de modalidades. No terceiro capítulo, a discussão sobre a metodologia utilizada, com ênfase na relevância da etnografia, das práticas discursivas (2010; 2014) e da utilização de desenhos e entrevistas como recurso para coleta de dados. No capítulo quatro, iniciaremos a apresentação e discussão dos resultados, a partir da construção de mapas dialógicos (Spink, 2010; 2014), em destaque os sentidos produzidos sobre o lúdico, a relação entre o grupo de meninos acolhidos e afetividade.

No capítulo cinco, a compreensão de cuidado de crianças acolhidas, a partir da maneira que percebem a permanência no serviço que estão inseridos, a importância da garantia das necessidades básicas e outros sentidos que são produzidos sobre o cuidado. Por fim, no capítulo seis apresentaremos as considerações finais, com ênfase na importância da atuação do(a) Psicólogo(a) nos serviços de acolhimento. Contudo, o conceito de infância é o pano de fundo de toda a discussão e, como indicado anteriormente, é um conceito construído historicamente e nas relações sociais. Sendo assim, será apresentada a seguir uma breve revisão de suas variações.

1.1 Conceito de Infância

A criança nos diversos modelos de sociedade e, ao longo da história, ocupa um lugar, mesmo quando este é de invisibilidade social. É preciso considerar que os conceitos de infância e de cuidado surgem a partir de uma construção social e se modificam paralelamente às diversas mudanças ocorridas na sociedade, tomando como exemplo, a cultura ocidental. Em uma perspectiva da psicologia social, é importante considerar que “(...) a infância e todos os objetos sociais (incluindo aspectos como classe, gênero, raça e etnia) são vistos como sendo interpretados, debatidos e definidos

nos processos de ação social. Em suma, são vistos como produtos ou construções sociais.” (Corsaro, 2011, p. 19).

Emerge, então, o conceito de infância (tal como conhecido hoje) e as diversas perspectivas sociológicas e psicológicas sobre este período singular de desenvolvimento. É importante considerar que a mudança de postura em relação à maneira de perceber a criança que se dá “(...) no sentido de considerá-la em sua individualidade, ocorre simultaneamente às mudanças culturais associadas à emergência de uma vida urbana mais intensa, no decorrer de um longo período de tempo que tem início no século XV.” (Szymanski, 2010, p. 53).

É importante reiterar que a compreensão de infância que apresentaremos parte de uma perspectiva social, neste sentido “(...) quando aplicadas à sociologia da infância, as perspectivas interpretativas e construtivistas argumentam que as crianças, assim como os adultos, são participantes ativos na construção social da infância e na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada.” (Corsaro, 2011, p. 19). Isso implica o entendimento sobre a criança como sujeito ativo na cultura em que está inserida, rompendo com perspectivas em que a criança é percebida como ser passivo, sem autonomia, desejos e vontades.

Por vezes, os adultos se sentem no direito de fazer escolhas e tomar decisões pelas crianças, diante de um entendimento equivocado de que elas não teriam opiniões, desejos, vontades ou não estariam aptas a expressar a maneira que percebem e sentem as coisas que ocorrem ao redor. Tal entendimento também coloca a criança em posição de passividade. Ao contrário, “As crianças se apropriam criativamente das informações do mundo adulto para produzir a sua própria cultura de pares.” (Corsaro, 2011, p. 53).

Neste sentido, as crianças precisam ser entendidas como seres humanos ativos e não como passivos diante da própria vida e do contexto cultural de que fazem parte.

Não estamos assumindo o posicionamento de que a criança deve fazer escolhas pertinentes à vida sozinha. Mas que o adulto (pais e outros responsáveis) precisa atuar como mediador na tomada da decisão sobre o que seria adequado à criança, considerando as percepções, desejos e sentimentos, o que é fundamental no fortalecimento da relação com a criança e no processo de cuidado. Neste sentido, o diálogo é imprescindível. A compreensão do adulto como mediador fortalece o entendimento sobre a importância da autonomia da criança como protagonista da própria experiência da infância.

O fato é que desde o nascimento as crianças sentem e percebem o mundo. Conforme ocorre o processo de desenvolvimento humano, as crianças manifestam a preferência por cores, brinquedos, ambientes, sons e outros estímulos. Isto é mais um indício de que a infância não representa uma fase de passividade, mas, que o próprio desenvolvimento biológico da criança, nos primeiros anos de vida, possibilita uma posição ativa no mundo.

Por fim, podemos considerar as compreensões sobre a infância como um produto social e cultural, que pode se modificar a partir da relação que o adulto estabelece com a criança. Deste modo, é importante destacar “(...) a noção da infância como uma forma social, observando que a infância é tanto um período em que as crianças vivem suas vidas quanto uma categoria ou parte da sociedade, como classe social” (Corsaro, 2011, p.41). Além disso, “(...) embora a infância seja um período temporário para criança, é uma categoria social permanente na sociedade.” (Corsaro, 2011, p. 42).

1.2 Infância: da Antiguidade ao Mundo Moderno

Na Antiguidade (4000 a.C. a 476 d.C.) a criança era percebida como um adulto em miniatura, que tinha deveres e obrigações a cumprir. Também é importante considerarmos que, desde este período, existe o fenômeno da criança negligenciada e abandonada, em uma cultura que não compreendia a singularidade da infância como um processo do desenvolvimento humano, fundamental na construção de uma identidade e na maneira do sujeito se relacionar com o mundo. A passagem da família-tronco pra a família nuclear, ao longo da Renascença, traz consequências diretas para as crianças: integrá-las na comunidade por meio de uma educação escolar como indivíduo direto na sociedade, que é o início de um processo que se consolidou na contemporaneidade. (Szymanski, 2010, p. 54).

Philippe Ariès (1978), por meio da análise de pinturas e outros elementos históricos, apresenta importantes elementos sobre o entendimento da criança ao longo de séculos. “Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família (...), tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição.” (Ariès, 1978, p. 28). Paralela a uma preocupação com a criança, surge certa concepção de família.

No que se refere ao conceito de família, é importante destacar que esta “(...) aparece e desaparece das teorias sociais e humanas, ora enaltecida, ora demonizada (...) ora acusada como gênese de todos os males, ora exaltada como provedora do corpo e da alma.” (Sawaia, 2010, p. 40) Neste sentido, um conceito de família também pode ser entendido como um produto social, que se modifica com o decorrer das mudanças culturais. Assim, percebe-se a importância de uma análise do conceito de infância

paralelo ao entendimento da família, pois, esta é o primeiro grupo social em que a criança é inserida.

É pertinente ressaltar, que a construção do conceito de família é fortemente influenciada pela afetividade que “é um meio de penetrar no que há de mais singular na vida social coletiva, pois ela constitui um universo peculiar da configuração subjetiva das relações sociais (...). É um fenômeno privado, mas cuja gênese e consequência são sociais” (Vygotsky, 1982, citado por Sawaia, 2010, p. 40). É pertinente nos questionarmos de que modo a afetividade também poderia influenciar na concepção de infância, compreendendo que lidar com a criança de maneira afetiva também é uma construção social, principalmente se considerarmos que a afetividade pode estar relacionada com a compreensão da importância do cuidado na infância.

Neste sentido poderemos pensar em que medida a afetividade influencia em uma compreensão de cuidado dos infantis, em que este cuidado pode assumir diversos sentidos a partir do que é construído socialmente e da experiência do sujeito que é fortemente influenciada por componentes culturais. Podemos eleger esta problemática como o disparador para a questão da pesquisa realizada e que deu origem a esta Dissertação.

Entendendo a infância como um fenômeno social, é importante ponderar os diversos sentidos que podem ser atribuídos a esta, especialmente se a considerarmos como um período singular do desenvolvimento humano, de inserção na cultura e de produção de novos sentidos. Deste modo, pensar em um conceito de infância também implica pensar em uma fase do desenvolvimento que pode se configurar como um fenômeno social que é dinâmico e não estático. É o caráter dinâmico do conceito de infância que implica na produção de novos sentidos. Assim, é importante destacar que:

Deve-se considerar que a adjetivação *infantil* marca, por um lado, um novo regime discursivo sobre a infância que passa a existir a partir do século XVII e que coloca as crianças como objeto de investimento, e, por outro, determinadas práticas de governo dos infantis, as quais se inserem em um conjunto de tecnologias que investem no controle das populações, como efeito de uma tecnologia de poder centrada na vida. (Foucault, 1985, citado por Hillesheim & Cruz, 2010, p. 244).

A partir do século XIX e, portanto, na modernidade, a criança passa a ser percebida como um ser humano que necessita de cuidado, atenção e o adulto seria o responsável em prover tais necessidades. Devemos considerar que “(...) as mudanças dos laços familiares e a vulnerabilidade que atinge as famílias demandam novos papéis, novas exigências (...)” (Vitale, 2010, p.94). A partir destes novos papéis e exigências, emergem novos sentidos produzidos pela cultura.

A concepção de infância e adolescência se modificou no decorrer dos últimos séculos, principalmente com o processo de ascensão do capitalismo e de um novo espaço urbano, que demarcou novas formas de o homem lidar com o meio social e com o trabalho. A família, então, passou a ter novas configurações e a ser vista de maneira distinta de outros períodos históricos, o que influenciou diretamente a forma de ver e tratar a criança.

Se pensarmos nos elementos que vinculam o surgimento de certa concepção de infância “(...) com o prolongamento do tempo de vida da criança, esta passou a ocupar um lugar na estrutura familiar, [com isto] modificando todo o seu corpo de funcionamento, fortalecendo a figura feminina nesta função.” (Lyra & Leão, 2010, p 81). Isso pode ser uma explicação da prevalência da figura feminina, em relação à

masculina, no ato de cuidar de crianças, por meio de influências culturais e sociais. A seguir, apresentaremos um breve histórico das instituições de acolhimento, com destaque para a realidade brasileira atual, na qual a criança é vista como sujeito de direitos.

2. Instituição de Acolhimento: breve Histórico

A partir da tentativa de propiciar espaços de proteção à criança e ao adolescente ocorre a abertura de instituições de abrigo³ com características diversas, porém, vale ressaltar o caráter asilar⁴ destas, especialmente no que se refere ao atendimento das necessidades básicas: alimentação e moradia. As instituições surgem inicialmente na Europa e vinculadas à Igreja Católica, diante da necessidade de abrigar a infância pobre e desamparada.

Borrione e Chaves (2004) apontam que os motivos que ocasionaram a abertura das primeiras instituições de acolhimento no Brasil, no início do século XIX, estão relacionados ao surgimento de certa concepção de infância, em que a criança passou a ser entendida como um ser que necessitava de cuidados especiais (na época entendidos como proteção e alimentação). Tentativas de evitar o infanticídio e o aborto, em decorrência da pobreza e da paternidade “ilegítima”. Insatisfação do ponto de vista religioso com o número de crianças vagando sozinhas pelas ruas e preocupação da sociedade em evitar a prostituição e a criminalidade de crianças abandonadas. Além da necessidade de disciplinar as crianças pobres e desamparadas.

No que se refere ao contexto social e histórico brasileiro, “uma das primeiras abordagens utilizadas no Brasil para lidar com as ditas “crianças abandonadas” foi a chamada “roda dos expostos”. Esta consistia na colocação de bebês em estruturas circulares e móveis nos conventos.” (Teixeira & Villachan – Lyra, 2015, p. 200). No momento em que a mãe ou alguém colocava a criança, por vezes recém-nascida, na

³ Este termo foi muito debatido no Brasil e será apresentado no decorrer do capítulo.

⁴ Que garantiam apenas as chamadas necessidades básicas, configuravam meios de exclusão dos abrigados, sem um entendimento das crianças e adolescentes como protagonistas de suas histórias de vida.

roda dos expostos, deveria tocar um sino, o que avisava as freiras e outras pessoas do convento que havia uma criança abandonada para cuidado e tutela destas.

Ainda no que se refere à utilização da roda dos expostos no Brasil “(...) muitas vezes os recém-nascidos passavam horas (ou dias) sem serem percebidos, o que terminava causando graves sequelas às crianças, inclusive levando-as, por vezes, a óbito.” (Teixeira & Villachan – Lyra, 2015, p. 200). Podemos considerar que a roda dos expostos cumpria uma forte função social e cultural construída, a partir da compreensão de família vigente neste período histórico e de uma preocupação moral relacionada à ilegitimidade paterna, devido a relações extraconjugais, dentre outros motivos relacionados à produção de estigmas e outras formas de violência produzidas pela cultura. Além disso, havia outras condições de vulnerabilidades a que as mães estavam expostas, como a dificuldade de prover as necessidades básicas das crianças (alimentação e moradia).

A Instituição de Acolhimento, como compreendida atualmente, é recente e, por consequência, também tenta romper com a perspectiva asilar mencionada acima. Podemos considerar como marco inovador o surgimento das Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009), que rompem com a nomenclatura abrigo e substituem por acolhimento, na tentativa de inserir um novo entendimento sobre o funcionamento dos serviços. Deste modo, a compreensão atual parte de Leis e políticas públicas de proteção à infância. Contudo, “(...) a expressão 'acolhimento institucional' demanda, inicialmente, algumas precisões no sentido de demarcar o lugar de onde se fala ao se abordar tal temática. (...) convém indagar acerca do sentido deste acolhimento – quem acolhe e quem é acolhido?” (Guimarães, 2011, p. 171).

A instituição de acolhimento deve ser um espaço que visa ofertar proteção e cuidado para crianças e adolescentes que vivenciam situações de vulnerabilidade. O acolhimento deve significar para os sujeitos acolhidos uma possibilidade de ressignificar suas histórias de sofrimento e de desamparo. Assim “(...) o que é acolhido na história do sujeito? (...) Acolhe-se o sujeito, em meio a sua história e a sua família, ou acolhe-se o sujeito que, enfim, 'encontra' na instituição uma 'possibilidade de existência'?”. (Guimarães, 2011, p.171).

Neste sentido, é importante considerar que a criança, ao chegar na Instituição, já vivenciou perdas significativas, “(...) foi vítima de violência e/ou abuso/exploração sexual, é filho de pais que, pelos mais variados motivos, não puderam dar conta da educação de seus filhos, dentre outros. É desse lugar que chegam à instituição e que serão por ela “acolhidos”.” (Guimarães, 2011, p.173). Este entendimento ressalta a fragilidade em que a criança chega à Instituição, pois, os motivos que ocasionaram o acolhimento estão relacionados a episódios de sofrimento, vulnerabilidades e perdas.

2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)

As leis que se propõem a proteger a infância e a adolescência são recentes e é importante considerarmos este fato para que possamos compreender a conjuntura atual das Instituições de Acolhimento no Brasil. “Com o advento da República, novos questionamentos sobre a infância deram origem a uma perspectiva mais humanista, no modo de se perceber a criança e adolescência abandonada no Brasil” (Vectore & Carvalho, 2008, p.442).

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge na tentativa de proteger e promover cuidado de crianças e adolescentes em situação de violência física, psicológica e outras formas de vulnerabilidade social que coloquem o sujeito em situação de risco e exploração, dentre elas as formas de trabalho degradantes e perigosas, como por exemplo: a exploração sexual infantil e a comercialização de substâncias lícitas e ilícitas (álcool e outras drogas).

Assim, podemos considerar o ECA (1990) como a legitimação do poder do Estado no que tange à proteção de crianças e adolescentes, como também, por estabelecer as possíveis penalidades para os sujeitos adultos que cometam atos de violência contra estes. É importante considerarmos o ECA (1990) como um Estatuto de proteção e garantia de direitos, rompendo com a ideia de ser apenas um instrumento de leis e penalidades para atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, pois, por vezes, pode ser compreendido desta maneira por algumas Instituições.

O Direito produz sentidos para determinados tipos de infâncias (...) e essa produção pode ser percebida, principalmente, quando questões de conflitos, envolvendo crianças e adolescentes, chegam às instâncias máximas do sistema de justiça ou quando essas questões requerem uma ação interventiva do Estado por meio de programas sociais. (Rosa, Santo & Tassara, 2007, p. 241).

O ECA (1990) estabelece que a criança e o adolescente têm direito à vida, à saúde, alimentação, educação, lazer, dignidade, respeito, liberdade e outros direitos essenciais, e ressalta a importância do direito da criança à convivência familiar e comunitária no desenvolvimento físico, mental e social. É dever da família, da comunidade e do Estado, garantir os direitos previstos em lei, sendo punido o adulto que expuser a criança e o adolescente a situações de violência, exploração,

discriminação, crueldade e opressão. Além disso, busca proteger as crianças e adolescentes de situações de rua (abandono), que acabam por inseri-los em um universo não propício para o seu desenvolvimento, expondo-os às diversas formas de violência e agressão.

Sendo assim, os principais pontos do Estatuto, destacados como inovadores, se relacionam ao reconhecimento do estado especial de desenvolvimento humano em que se encontram as crianças e os adolescentes, rompendo, por um lado com o paradigma da pobreza como norteador das ações assistenciais em prol da infância e, por outro, diferenciando o direito destes em relação ao direito dos adultos. (Rosa, Santo & Tassara, 2007, p. 244).

Na grande maioria das vezes, aqueles que deveriam proteger e resguardar a integridade das crianças e adolescentes (os pais) é que cometem as ações de violência contra os filhos, seja por meio de atos de negligências ou abandono, seja pela exposição da criança ou adolescente ao risco. “A pretensão de que o ambiente familiar seja um espaço de experiências positivas, para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, nem sempre se concretiza. Tal pretensão é por vezes contrariada por episódios de violação dos direitos garantidos por lei” (Lira, 2008, p.95).

É preciso considerar que o contexto familiar, mesmo quando é marcado por episódios de violência, ainda é uma das principais vias de acesso da criança à cultura, a família “(...) continua sendo, para o bem ou para o mal, a mediação entre o indivíduo e a sociedade. E mais, assiste-se hoje ao enaltecimento dessa instituição, que é festejada e está em evidência nas políticas públicas (...)” (Sawaia, 2010, p.41).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2009) estabelece modalidades de acolhimento para crianças vítimas de violência e

expostas às diversas formas de vulnerabilidade social. Tais modalidades são: abrigo, casa lar, casa de passagem e família acolhedora. “O acolhimento Institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar, ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Artigo 101, Lei 8060/90).

Segundo dados levantados por Guimarães (2011) e pelo Instituto Pró-cidadania (2011), no estado de Pernambuco, dentre as modalidades de acolhimento, a maioria é Abrigo, representando 48,6%, ou seja, 53 Instituições. A Casa Lar constitui 28,6% com 31 estabelecimentos, a modalidade Casa de Passagem, 12%, contando com 14 serviços e Família Acolhedora, 1,8%, havendo apenas duas famílias cadastradas. Ressaltamos que estes dados correspondem a uma Cartografia dos Serviços de Acolhimento realizada no ano de 2011. Não foram encontrados dados mais recentes para o estado de Pernambuco.

O funcionamento destas modalidades de acolhimento institucional é regulamentado de acordo com as normas previstas nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que também determina o número de sujeitos que cada modalidade deve acolher, sendo 20 crianças e adolescentes para Abrigos e para a Casa de Passagem e 10 para Casa Lar. Destas modalidades de acolhimento mencionadas, apenas o funcionamento da Casa de Passagem não é previsto nem estabelecido nas Orientações Técnicas, porém, são encontradas em alguns municípios brasileiros.

No que se refere à Família acolhedora, segundo Guimarães (2011) são residências de famílias cadastradas que se disponibilizam a acolher uma criança ou

adolescente, afastados da família de origem em decorrência de medida protetiva. Recomenda-se que cada família acolha uma criança ou adolescente por vez, exceto quando houver irmãos, neste caso, o número poderá ser ampliado. Nos próximos tópicos, apresentaremos uma caracterização das modalidades de acolhimento institucional mencionadas, especialmente no que se refere à função e aos critérios para o funcionamento a partir do que é estabelecido nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009).

Por fim, destacamos a importância do ECA (1990) na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, compreendendo-os como Sujeitos de Direitos, o que podemos considerar como uma inovação no marco legal, no sentido de perceber a infância e a adolescência. “O Estatuto, por sua vez, representa a normatização dos direitos humanos inseridos tanto na Constituição Federal (CF, 1988) quanto na Convenção [Internacional] sobre os Direitos da Criança.” (Guimarães, 2011, p. 147). Tal Convenção, em 1989, foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada por unanimidade e consiste em garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes no mundo, em vigor a partir de 1990.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) várias Políticas, no campo da garantia de direitos da saúde, da educação e da assistência, são criadas para atenção a este público, assegurando o cuidado adequado às fases de desenvolvimento e às diversas situações que demandam atenção das Políticas Públicas. Também podemos considerar o ECA (1990) como marco legal inovador ao inserir o adulto (pais ou responsável legal) e o Estado como responsáveis pela garantia de direitos básicos, essenciais e fundamentais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

2.2 O Abrigo

O abrigo é a modalidade conhecida pela maioria das pessoas. Caracteriza-se como um serviço que mantém a criança e o adolescente em reclusão, na maioria das vezes, afastado do convívio familiar, seja por uma decisão judicial provisória ou permanente, quando estão em situação de adoção e, quando esgotadas as outras possibilidades, tais como a responsabilização de outros familiares de referência para criança (tios, avós e irmãos que tenham alcançado a maioridade civil) no que tange a guarda e tutela.

É responsabilidade legal do Conselho Tutelar e da Vara de Proteção à Infância e a Juventude a tomada da decisão sobre o acolhimento da criança, considerando-se o bem-estar, a proteção e as possibilidades de desenvolvimento saudável. A família é entendida como ambiente que deve propiciar relações de afetividade, proteção e segurança às crianças. Neste sentido, quando há determinação legal da tutela da criança ser exercida por familiar, também é considerada a disponibilidade deste familiar em acolher e a relação afetiva construída com a criança.

Como discutido acima, os primeiros Abrigos e/ou Orfanatos surgem na Europa, no século XIX, com forte característica asilar e de natureza religiosa. Ainda neste período, era compreendido como responsabilidade da mulher o cuidado de crianças pequenas até o período que antecedia a adolescência. Esta compreensão de cuidado da criança era marcada pela manutenção da higiene, alimentação, proteção e a instrução de comportamentos recomendados para o bom convívio social e, nas Instituições de abrigo religiosas, as Freiras assumiam essa função de responsáveis pelo cuidado da criança abandonada.

Durante longo período de tempo, o Abrigo foi compreendido como espaço asilar e, por vezes, como instituição de garantia de direitos básicos à sobrevivência, como alimentação e moradia. Essa compreensão (que também é um produto social, construído historicamente) precisa ser ampliada para que também se efetive como espaço de desenvolvimento saudável para as crianças acolhidas, pois muitas instituições ainda atuam na perspectiva asilar. O rompimento desta compreensão também promove uma reflexão sobre o período da duração do abrigo. Neste sentido, ampliam-se as possibilidades de inserção social e de convivência comunitária, visto que, a criança não estará determinada a passar toda a infância e adolescência em uma Instituição.

Deste modo, no que se refere ao período na instituição, “a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo [quando] comprovada [alguma] necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária” (Lei nº 12.010, 2009, ECA, artigo 19), o que representa um importante rompimento com a ideia da instituição como espaço asilar, determinista e como uma única alternativa de vida e desenvolvimento da criança até que alcance a maioridade civil.

Por fim, segundo as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) o Abrigo é caracterizado como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (...) (2009, p. 68).

Assim a permanência da criança e do adolescente no Abrigo pode ser compreendida como uma medida de caráter excepcional e quando esgotadas as outras possibilidades de inserção e convívio com a família.

O funcionamento do Abrigo prevê atuação de equipe técnica mínima que deve ser composta por “coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009, p. 70). É exigido nível universitário do profissional que exercer a função de coordenador e também dos profissionais que compõem a equipe técnica, além, da experiência no atendimento de crianças e familiares expostos a condições de risco. No tocante à atuação do educador/cuidador, é exigido nível médio e capacitações específicas na área de atendimento e cuidado a crianças em situação de violência e o mesmo é exigido para o auxiliar de educador. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009).

Deve ser considerado que a criança deverá permanecer sob condição de acolhimento institucional “até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009, p. 68). No que se refere ao público alvo, o Abrigo deve ofertar acolhimento para crianças e adolescentes de 0 à 18 anos, sob medida protetiva de abrigo, o que implica uma decisão judicial após acionados os órgãos competentes para a proteção de crianças e adolescentes. Percebe-se a importância desta possibilidade de acolhimento, quando esgotadas todas as possibilidades de atenção e cuidado da criança na família e quando a necessidade de protegê-la de situações de violação de direitos seja evidenciada.

2.3 A Casa Lar

No tocante à Casa Lar, “este tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 75). Essa caracterização da Casa Lar insere outras perspectivas de atenção à criança, especialmente no que se refere à importância do convívio social e comunitário.

Semelhante à caracterização do Abrigo, apresentada anteriormente, a Casa Lar é definida como “Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes (...) (ECA, Art. 101).” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p.75), cuja convivência familiar necessita de acompanhamento da equipe técnica. Isto também deve ser definido por meio de medida ou atenção protetiva.

Na modalidade de acolhimento Casa Lar há uma maior possibilidade de que a criança mantenha os vínculos com a família, pois passa a manhã e a tarde na instituição, no modelo de atenção e acolhimento diurno integral, e à noite retorna ao ambiente familiar, atendendo as premissas do ECA (1990) no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. No que se refere ao público alvo, semelhante à demanda de acolhimento do Abrigo, a Casa Lar deve acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo.

Ainda é importante considerarmos que “o que caracteriza a modalidade Casa Lar é exatamente ser uma unidade residencial, na qual uma pessoa ou casal trabalha como

educador/cuidador residente, em uma casa que não é sua” (Guimarães, 2011, p. 37), destacando o papel do educador como profissional responsável em ofertar acolhimento e outras necessidades que a criança apresente e que ocasionaram a frequência e/ou chegada na instituição.

Apontamos algumas semelhanças no que diz respeito à caracterização do Abrigo e da Casa Lar. No tocante à distinção entre as duas modalidades de acolhimento mencionadas, a principal diferença consiste no fato que “além do menor número de crianças e adolescentes atendidos por equipamento, está na presença do educador/cuidador residente – pessoa ou casal que reside na casa-lar juntamente com as crianças/adolescentes atendidos, sendo responsável pelos cuidados e pela organização da rotina da casa.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p.76). Considerando, ainda, que o funcionamento de ambos os serviços prevê atuação de uma equipe técnica mínima.

Ressaltamos que a Casa Lar também torna possível a convivência familiar e comunitária, o que fortalece os vínculos e a relação afetiva com a família de origem, pois, o acolhimento institucional de crianças também pode estar relacionado à vulnerabilidade social e a necessidade de proteção e inserção da criança e sua família em Políticas Públicas de garantia de direito básicos e proteção. Assim, como é recomendado ao Abrigo Institucional, o acolhimento na Casa Lar deve ocorrer em casos excepcionais, esgotadas outras possibilidades e quando a demanda por esta modalidade de acolhimento de fato representar uma necessidade da criança.

2.4 A Casa de Passagem

De acordo com a caracterização feita por Guimarães (2011), por vezes, algumas instituições se denominam como Casa de Passagem, em que esta tem como principal

característica o acolhimento emergencial e breve, “em algumas delas, encontramos crianças e adolescentes que permanecem ali por mais de dois anos. O que caracteriza uma Casa de Passagem é exatamente a brevidade de acolhimento.” (Guimarães, 2011, p.37). Neste sentido, o acolhimento na Casa de Passagem não deveria ser superior a dias ou semanas.

É relevante considerar a importância da brevidade do tempo de permanência da criança nas instituições de acolhimento uma vez que “(...) menos danos podem causar nos sujeitos, pois a possibilidade de reintegração familiar bem elaborada fortalece não apenas vínculos afetivos que se encontravam fragilizados, mas evita, na fase adulta, reproduções do ciclo do abandono.” (Guimarães, 2011, p.81). Isto implica na possibilidade da criança e do adolescente acolhido poder ressignificar as histórias de vida.

Na Casa de Passagem, é orientado, a admissão de até 20 crianças, como também é estabelecido para o Abrigo Institucional, em que um número superior poderia fragilizar atenção e cuidado prestados. Guimarães (2011) ressalta que mesmo a Casa de Passagem não sendo citada nas Orientações Técnicas (2009) como modalidade de acolhimento institucional, são instituições identificadas em alguns municípios e regiões do Brasil. Essa modalidade não existe no município estudado, ao menos em caráter formal.

Guimarães (2011) também aponta algumas limitações em relação às terminologias da Casa Lar e da Casa de Passagem, no sentido que, em algumas situações, essas modalidades podem ser compreendidas de maneira equivocada no tocante à função e característica. “As confusões entre as terminologias terminam por tornarem também imprecisos os planos de trabalho individuais e o funcionamento de acordo com os parâmetros mínimos de atendimento.” (Guimarães, 2011, p. 37).

Como dito anteriormente, a Casa Passagem não é um serviço de atenção e proteção mencionada, caracterizada e estabelecida nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (2009), sendo que tais Orientações também são consideradas um marco legal inovador ao estabelecer e normatizar o funcionamento de Instituições de Acolhimento. Além de inserir a caracterização dos Serviços de Acolhimento Institucional, ressaltam a importância de equipes técnicas, promovendo a discussão sobre práticas de cuidado e a relevância do atendimento à criança e sua família.

Ressaltamos a devida atenção que essa modalidade merece, especialmente se considerarmos que é identificada em algumas regiões, em Pernambuco, são encontradas Casas de Passagem na Mata Sul; Mata Norte; nos Agrestes Meridional, Central e Setentrional; no Sertão Moxotó; e também na Região Metropolitana do Recife (Guimarães, 2011), mesmo que em menor número, se compararmos com as outras modalidades de acolhimento estabelecidas nas Orientações Técnicas (2009).

2.5 A Família Acolhedora

A Família Acolhedora pode ser compreendida como a disponibilidade de um casal ou adulto em assumir a responsabilidade de acolhimento breve de crianças e seus irmãos, se houver. Alguns autores apontam algumas limitações dessa modalidade de acolhimento, como por exemplo, o baixo número de famílias cadastradas, considerando o caráter espontâneo e voluntário.

A Família Acolhedora pode ser caracterizada como “Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art.

101) em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados (...).”(Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 82).

No tocante a critérios estabelecidos para as Famílias Acolhedoras, essas são “selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento para que possam acolher crianças ou adolescentes em medida de proteção aplicada por autoridade competente,(...), competindo ao mesmo a indicação da família que esteja disponível e em condições para acolhê-lo.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 84).

Cada Família deve acolher uma criança por vez, exceto em casos em que há existência de irmãos em que deve ser garantida a convivência entre esses. “(...) deverá haver uma avaliação técnica para verificar se o acolhimento em família acolhedora é a melhor alternativa para o caso, ou se seria mais adequado o acolhimento em outra modalidade de serviço, como Casa-lar, por exemplo.”. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 83).

Assim “a decisão fica a critério da avaliação da equipe técnica do programa, como também da disponibilidade da família em acolher.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 83). Percebe-se a autonomia da Família na tomada de decisão em acolher a criança e seus irmãos, o que é fundamental no ato de acolher, considerando, ainda, que se trata da responsabilidade de receber crianças e seus irmãos que estão em condição de vulnerabilidade e fragilidade emocional em decorrência das situações a que foram expostos.

Ainda no tocante à caracterização, a Família Acolhedora é um serviço de acolhimento de perfil provisório “até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente,

adoção.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 83).

É importante considerar que é uma oferta ou possibilidade de acolhimento diferenciada “que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito, porém podendo ser entendido como regime de colocação familiar preconizado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 83).

Na Família Acolhedora, devem ser acolhidos crianças e adolescentes de 0 à 18 anos que estão sob medida protetiva. No que diz respeito à indicação para acolhimento nesta modalidade, “é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica do programa e dos serviços da rede de atendimento indique possibilidade de retorno à família de origem, ampliada ou extensa, salvo casos emergenciais” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 83), em que pode haver a necessidade de alternativas de acolhimento e proteção, em modalidades institucionais descritas anteriormente.

Por fim, destacamos a importância desta possibilidade de acolhimento, especialmente no que diz respeito à redução dos impactos de uma possível institucionalização, considerando a possibilidade da criança experienciar um ambiente familiar, mesmo que provisório. “Para as crianças pequenas que vivenciam situações de violação de direitos, o acolhimento familiar tem se mostrado uma forma de atendimento adequada a suas especificidades.” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente, 2009, p. 83).

2.6 Instituição de Acolhimento e práticas de Cuidado

O cotidiano na Instituição de acolhimento merece atenção, principalmente se pensarmos que crianças e adolescentes acolhidos vivenciam cotidianos distintos, aquele traçado no dia a dia Institucional e o outro, marcado pela vivência no seio da família, tecido por emoções, vínculos e relações de afetos com iguais e adultos que a criança elege como referencial. Podemos pensar nos diversos sentidos que o cotidiano produz e deste modo “produzir sentido, portanto, é o que permite lidar com situações e fenômenos do dia a dia, do cotidiano.” (Spink, 2010, p. 35).

Ainda é importante considerarmos que “o presente é o cotidiano da vida das pessoas. É o tempo em que elas vivem, são mobilizadas por novos acontecimentos mais ou menos significativos, lembram com alegria, tristeza ou raiva do passado, projetam o futuro ou se angustiam como ele” (Elage, 2010, p.43). Sendo assim, tanto o vivenciar na Instituição, quanto a vivência familiar, ambos no presente, são muito importantes no desenvolvimento da criança em acolhimento Institucional. Vale ressaltar que as Instituições de Acolhimento também assumem um papel educativo, fundamental no processo de socialização e, assim, gostaríamos de destacar:

Práticas educativas são aqui entendidas como ações contínuas e habituais realizadas pelas agências socializadoras, adotadas pelos membros mais velhos a fim de possibilitar a construção e a apropriação de saberes, práticas e hábitos sociais pelos mais jovens, trazendo no seu bojo uma compreensão e uma proposta de ser-no-mundo com o outro, além de uma concepção de criança (...). (Szymanski, 2010, p. 56).

O cuidado é uma prática carregada de sentidos que pode significar: zelo; atenção; acolhimento; bom trato, em que “(...) o sentido é uma construção social e,

como tal, um empreendimento coletivo.” (Spink, 2010, p. 35) Deste modo, a compreensão de cuidado também pode ser uma construção a partir do que é vivenciado coletivamente no cotidiano, na relação com outras crianças, no ambiente familiar, escolar e por meio de adultos referenciais de cuidado. É importante considerar que a compreensão de cuidado da criança pode emergir a partir do cuidado que é ofertado e experienciado. Assim, percebe-se a importância da oferta de práticas no cuidado e do entendimento sobre este cuidado no acolhimento de crianças e adolescentes.

Neste sentido, é necessário que os sujeitos que se prestem a cuidar nas instituições de acolhimento compreendam a criança acolhida em sua singularidade, respeitando as marcas que cada uma traz em sua história de vida, desejos, medos e anseios. Segundo Siqueira e Dell’Aglia (2006), a instituição de acolhimento pode se constituir como fonte de apoio social e afetivo, desempenhando o papel fundamental de propiciar o desenvolvimento dos sujeitos acolhidos. Pensar em cuidar também é pensar na dimensão cultural do cuidado e no que este produz na esfera subjetiva e simbólica.

No senso comum brasileiro, o cuidado é usualmente atribuído a figuras femininas. Além disso, há um entendimento tácito de que meninos e meninas necessitariam de cuidados específicos a partir de seu gênero. Contudo, esta atribuição não parte de reflexões acerca das reais necessidades diversas das crianças do sexo feminino ou masculino, a partir de suas diferenças biológicas, mas sim de seu lugar social. Por exemplo, em contraste com os meninos acompanhados durante este trabalho, no caso das meninas acolhidas em outro serviço da modalidade Casa Lar⁵, havia muito maior cuidado com a higiene pessoal e aparência física, entre vários outros elementos.

⁵ Como comentamos na introdução, a pesquisadora realizou seu Trabalho de Conclusão de Curso com meninas acolhidas em uma Casa Lar, no mesmo município.

“Compreender o cuidado implica uma leitura de categoria de gênero incluída num contexto de complexidade, que pode ser vislumbrada em diferentes dimensões: a *dimensão cultural*, quando nos referimos aos símbolos disponíveis nos diversos discursos de um povo [...]; a *dimensão social* das instituições que regulam, (re)produzem e atualizam os significados destes símbolos, tais como família, religiões, seitas, escolas [...]; a *dimensão da identidade subjetiva*, das identidades de gênero atualizadas por homens e mulheres, de como ambos tomam para si os conteúdos das imagens simbólicas do discurso cultural e institucional.” (Lyra, Leão & Santos, 2010, p. 86).

Neste trabalho, contudo, não foi possível incluir a discussão sobre gênero que, como apontado acima, é extremamente relevante. Havia interesse inicial em realizar a pesquisa em instituições para meninos e para meninas, de modo a produzir tal debate, mas a situação atual da antiga Casa Lar para meninas não permitiu a inserção da pesquisadora, pois esta passou a acolher somente adolescentes, sendo o foco deste trabalho a infância. Diante dos dados que foram coletados, optamos não aprofundar esta questão, mas não podemos deixar de apontar sua relevância.

Todos os sujeitos que assumirão o papel de cuidar e proteger precisam entender a importância das práticas de cuidado para a criança, pois serão estes sujeitos que se constituirão como modelo identificatório, o que nos faz perceber a relevância do cuidado diante da possibilidade da instituição de Acolhimento se efetivar como referência de cuidado e apoio para criança. “Estar em acolhimento institucional ou familiar não é uma escolha da criança (...), mas foi a forma como o sistema de garantia de direitos encontrou para protegê-los da violência a qual foram sujeitos.” (Guimarães, 2011, p.42).

Nesta pesquisa, procuramos compreender a experiência do cuidado e seus sentidos em uma dimensão cultural, como produto das relações estabelecidas no cotidiano institucional entre as crianças acolhidas e suas experiências na Instituição. Portanto, no decorrer dessa dissertação, apresentaremos a compreensão de crianças acolhidas sobre a experiência do cuidado em uma Instituição de Acolhimento, bem como as relações da compreensão do cuidado com sua experiência.

3. Metodologia

Essa pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo uma vez que toma a realidade como algo que é construído social e historicamente, portanto, algo da dimensão interpretativa. “O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, (...) sentem e pensam” (Minayo, 2007, p. 57).

A pesquisadora se inseriu na Instituição na perspectiva da Observação Participante, para que pudesse participar das práticas vivenciadas no cotidiano, se aproximar do grupo de crianças acolhidas e perceber a compreensão da experiência de cuidado. “A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam (...) como um método em si mesmo, para compreensão da realidade.” (Minayo, 2014, p. 273).

A pesquisa também se caracteriza como um estudo da Etnografia que “é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (Angrosino, p.30, 2009). O período de inserção da pesquisadora no campo para coleta de dados ocorreu durante período de seis meses, iniciando em novembro de 2016 e finalizando em abril de 2017. Durante essas visitas, interagimos também com os adolescentes acolhidos nas duas modalidades (Abrigo e Casa Lar), cujos dados não foram utilizados neste trabalho, uma vez que extrapolavam seus objetivos.

Durante este período, a pesquisadora também participou de algumas atividades promovidas e direcionadas às crianças acolhidas, momentos de discussão sobre o funcionamento com profissionais e educadores que correspondem à equipe técnica da

instituição. Embora estas informações não tenham sido utilizadas neste momento, foram relevantes para que a pesquisadora pudesse compreender a totalidade da instituição.

Considerando as peculiaridades do campo, por ter crianças em situação de vulnerabilidades como participantes, a pesquisadora utilizou as últimas visitas na Instituição, também, para trabalhar com as crianças o encerramento das visitas no campo (Casa de Proteção), já que durante seis meses a pesquisadora se fez presente no serviço de acolhimento. No último encontro, foi realizada uma espécie de comemoração como forma de agradecer às crianças pela disponibilidade e participação. Deste modo, buscamos possibilitar que elas compreendessem a finalização da pesquisa e evitar desconforto e sentimentos de abandono. Gostaríamos de destacar que identificamos o Serviço como Casa de Proteção e que este é um nome fictício, utilizado no intuito de garantir o anonimato.

A compreensão dos fenômenos apresentados na coleta de dados ocorreu na perspectiva da Psicologia Social e analisados no campo das práticas discursivas tal como proposto Spink (2010; 2014), já que tínhamos como objetivo compreender os sentidos do fenômeno estudado, como construção coletiva a partir do cotidiano das crianças.

Métodos de nível micro, como entrevistas presenciais, formais e informais, e pesquisa etnográfica, são especialmente adequados para documentar e apreciar relacionamentos e culturas de pares das crianças, e para demonstrar como elas constroem sentido e contribuem para os processos de reprodução e mudanças sociais. Esses métodos, se usados com cuidado e apropriadamente, dão voz as preocupações infantis e fornecem descrições detalhadas e interpretações de como as crianças vivem sua infância. (Corsaro, 2011, p. 61-62).

Durante o momento inicial e, no decorrer da coleta de dados, foi realizada a observação participante, que também pode ser caracterizada como “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.” (Minayo, 2016, p. 64), objetivando conhecer a forma como as participantes se relacionam entre si, com os cuidadores e com o cotidiano na Instituição de Acolhimento em que a pesquisa foi realizada. Assim “A observação participante ajuda, portanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados.” (Minayo, 2016, p. 64).

Ainda foram utilizados, na coleta de dados, dois instrumentos: o desenho, que se caracterizou como o primeiro instrumento; e a realização de entrevistas individuais como segundo. Foram utilizados os desenhos e as entrevistas por se caracterizarem como instrumentos adequados à faixa etária das participantes, por meio de um procedimento não invasivo, sendo tal preocupação fundamental na pesquisa com crianças, especialmente quando estas vivenciaram situações de vulnerabilidades e sofrimento.

Gostaríamos de destacar que, nessa pesquisa, o desenho não foi utilizado na perspectiva de avaliação psicológica ou no intuito de identificar elementos da personalidade das participantes. Mas, como estímulo diante da possibilidade da criança poder elaborar, no ato de desenhar, elementos do cotidiano institucional e sentimentos que falam de uma compreensão de cuidado a partir do que é vivenciado com outras crianças acolhidas e com os educadores de referência. Neste sentido, a entrevista após a elaboração dos desenhos foi fundamental ao possibilitar que as participantes narrassem um relato e uma descrição do que foi desenhado. É a criança quem atribui sentido ao que foi desenhado.

3.1 A Instituição

A pesquisa foi desenvolvida em uma Instituição de acolhimento que atende na modalidade Abrigo e Casa Lar, acolhe apenas crianças do sexo masculino e localiza-se no Sertão do São Francisco. Por período superior a vinte anos, a Instituição funcionou como Abrigo. A partir do ano de 2009, atendendo às mudanças propostas pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente (2009), passou a ofertar também a modalidade Casa Lar. Essa informação foi adquirida a partir do relato de alguns profissionais.

As crianças são acolhidas na Instituição após determinação judicial e/ou após solicitação dos responsáveis e avaliação da Equipe técnica que é composta por Psicóloga, Assistentes Sociais, Pedagoga e educadores responsáveis em coordenar a instituição. Durante o período da coleta de dados, aproximadamente quarenta profissionais, distribuídos entre equipe técnica, educadores, mães sociais⁶, auxiliares e profissionais responsáveis pela cozinha, higiene e portaria, atuavam na Instituição.

Além de atender a demanda por acolhimento institucional do município em que está localizada, também atende a demanda de municípios vizinhos, pois possui reconhecimento na região na oferta de acolhimento para meninos em situação de rua (abandono e negligência). A instituição ainda mantém diálogo constante com o Conselho Tutelar e a Vara de Proteção à Infância e à Adolescência, responsáveis por localizar crianças em situação de vulnerabilidades e definir o acolhimento. Foi fundada por uma Congregação Católica e, por muitos anos, manteve essa vinculação, até o momento em que a coordenação da Instituição foi assumida por gestor sem vínculo com a Congregação, mas que mantém a orientação religiosa.

⁶ Mãe social é uma mulher responsável pelo cuidado das crianças acolhidas e que também ofertariam “cuidados maternos”, para além de funções que envolvem a manutenção da alimentação e higiene pessoal das crianças.

A Instituição está organizada em três ambientes: uma grande casa em que são ofertadas atividades esportivas, educativas (música e acesso a aulas de informática) e onde também estão localizadas as salas da coordenação e da equipe técnica, que denominaremos com o nome fictício Casa de Proteção; e duas casas: uma acolhe apenas adolescentes a partir de 12 até 18 anos incompletos (identificaremos como Casa Lar Adolescente) e a outra casa que acolhe crianças de 06 à 11 anos de idade ou 12 anos incompletos, Casa Lar Criança.

As duas últimas casas descritas exercem a função de Casa Lar e Abrigo, ofertam estas duas modalidades a partir da demanda de acolhimento apresentada e por decisão judicial. Foi percebida uma dificuldade por parte de alguns profissionais em distinguir claramente as características destas duas modalidades de acolhimento, o que pode influenciar o cuidado que é ofertado.

3.2 Participantes

Foram convidadas a participar da elaboração de desenhos e entrevistas dez crianças acolhidas na Instituição. Porém, o acolhimento institucional tem caráter altamente transitório e apenas seis crianças participaram da elaboração de todos os desenhos e da entrevista. As outras quatro crianças participaram da elaboração de apenas dois desenhos e durante o período da coleta de dados foram reinseridas nas famílias de origem e/ou deixaram o acolhimento institucional por questões de determinação judicial.

A amostra tem a característica de ser exaustiva, porém, como dito, este número sofreu alterações. No que se refere ao critério de inclusão, participaram da pesquisa crianças em acolhimento institucional e que expressaram o desejo de participar. A Lei

Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera ser criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos. Os participantes desta pesquisa, que participaram da elaboração de desenhos e entrevistas, apresentavam idades entre 09 e 11 anos.

As crianças participantes foram todas do sexo masculino, considerando que o serviço realiza acolhimento por gênero e não acolhe meninas, mesmo que estas sejam irmãs de meninos acolhidos. A instituição em que a pesquisa foi realizada oferta a possibilidade de acolhimento na modalidade Abrigo e Casa Lar. Desde modo, participaram três crianças abrigadas e três crianças da acolhidas na Casa Lar, denominados pelos participantes como “meninos da Casa e meninos da Rota”⁷, a rota diz respeito aos bairros em que o motorista da Instituição deve passar para buscar as crianças às 6h e depois deixá-las nas residências por volta 16h.

As condições que ocasionaram o acolhimento institucional dos participantes são diversas, mas, na maioria dos casos está relacionada à condição de vulnerabilidade social, situação de rua, negligências e situações de exposição à violência física e doméstica. Havia também situações de exposição da criança a substâncias lícitas (álcool) e ilícitas (outras drogas).

3.3 Produção de Desenhos

A utilização do desenho com crianças é um importante instrumento de investigação, pois possibilita uma compreensão de elementos da sua subjetividade. “A maneira de uma criança abordar o desenho geralmente é semelhante ao seu processo de abordar a vida” (Oaklander, 1980, p. 221). Vygotsky (1998) enfatiza que o desenho

⁷ Mais adiante, esta percepção das crianças será discutida em detalhes.

elaborado por crianças pode ser uma maneira de expressão da imaginação que se manifesta por meio da criatividade. (Natividade; Coutinho & Zanella, 2008).

A elaboração de desenho é uma ferramenta lúdica significativa, pois através do desenho a criança pode expressar tudo aquilo que não consegue descrever em palavras, seja pela fase de desenvolvimento ou em decorrência de um trauma vivenciado. “Pedir à criança que desenhe (...) constitui uma técnica tradicional de diagnóstico, e por certo pode-se aprender muita coisa acerca da criança através de tal desenho” (Oaklander, 1980, p.44). O desenho é muito utilizado no contexto clínico, exatamente pelo seu caráter investigativo. “Esta técnica é apropriada em casos em que a comunicação oral não se mostra suficiente para levantar as impressões do pesquisador” (Víctora, 2000, p.70). No entanto, nosso interesse na utilização do desenho não foi realizar uma análise para diagnósticos de traços de personalidade, e sim oferecer, às crianças, um modo de expressar a compreensão do cuidado pela via da criatividade.

Foram distribuídas três folhas de papel A4 em branco e uma caixa com doze unidades de giz de cera colorido, um lápis preto para desenho e uma borracha para cada participante. A pesquisadora sugeriu que as crianças participantes desenhassem a partir de três temas: 1) Como é a Casa de Proteção? 2) Qual o lugar que você mais gosta dentro da Casa de Proteção? 3) Como você se sente quando está na Casa de Proteção? No momento que cada tema era apresentado, a criança verbalizava como se estivesse respondendo a pergunta. “o lugar que mais gosto aqui é a quadra onde a gente brinca e joga bola.” E logo após iniciavam o desenho. O ato de responder foi uma reação de todas as crianças participantes e de maneira espontânea.

Após ser dito o primeiro tema, foi entregue, à criança, uma folha em branco, a caixa de giz de cera, o lápis para desenho e a borracha. Após a finalização do primeiro desenho, foi dito o segundo tema e entregue a segunda folha e o mesmo ocorreu com o

terceiro desenho. Objetivou-se estimular, nas crianças participantes, a elaboração de desenhos que expressassem ou que possibilitassem a descrição da compreensão de cuidado. “Nesse caso, para compreender o desenho infantil e aquilo que seu autor diz por meio de traços e cores lançados em uma folha de papel, necessário se faz escutar o que o próprio autor fala sobre sua produção.” (Natividade; Coutinho & Zanella, 2008, p.12).

Destacamos que o desenho foi utilizado como recurso não invasivo, pois o ato de desenhar pode ser prazeroso e como estímulo para uma narrativa sobre o que foi desenhado. “Pode-se encontrar nos desenhos um mundo fantástico ou fantasioso onde a criança se expressa.” (Natividade; Coutinho & Zanella, 2008, p. 10). Partimos de uma compreensão da Psicologia Social da infância e a utilização do desenho foi compreendida a partir do sentido que a criança que o elaborou lhe atribuiu. Deste modo, ressaltamos, que o desenho não foi utilizado como instrumento para avaliação psicológica ou no intuito de avaliar traços da personalidade dos participantes, mas como um disparador para que a criança elaborasse os sentidos do cuidado a partir de sua própria experiência e que esses sentidos, emergindo de relações e práticas cotidianas, muitas vezes não estão “prontos” esperando a pesquisadora.

“Percebe-se, então, que a importância não incide sobre o produto, mas sim na significação que o autor atribui ao próprio processo de desenhar e sobre o que é possível compreender da realidade a partir da imagem produzida.” (Natividade; Coutinho & Zanella, 2008, p. 10). Neste sentido o relato da criança sobre o que foi desenhado, os sentimentos que emergiram ao desenhar e a descrição do que foi representado é o que de fato nos interessou. Logo, não foi realizada uma análise interpretativa sobre as produções gráficas produzidas pelas participantes nos desenhos. Mas, uma compreensão

a partir da narrativa da criança e do sentido que ela atribuiu ao que foi elaborado no desenho.

3.4 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas individualmente e em um local disponibilizado pela Instituição e norteadas por um roteiro semiestruturado. As entrevistas semiestruturadas são assim denominadas, pois “o entrevistador tem clareza de seus objetivos, do tipo de informação que é necessária para atingi-los, de como essa informação deve ser obtida (...) em que condições devem ser investigadas e como deve ser considerada” (Tavares, 2000, p.40).

No que se refere ao desenho, a realização da entrevista objetivou coletar o relato das participantes sobre os elementos representados nos desenhos e características atribuídas à Instituição de Acolhimento em que as crianças participantes estão inseridas. As informações coletadas nas entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador digital portátil e, posteriormente, transcrita na íntegra. Gostaríamos de informar que houve uma ligeira correção gramatical apenas nos trechos utilizados nesta redação para facilitar o entendimento dos leitores.

Os dados oriundos da entrevista foram analisados na perspectiva das Práticas Discursivas (Spink, 2010; 2014), considerando o objetivo desta pesquisa que consiste em conhecer a compreensão que crianças inseridas em uma instituição de acolhimento atribuem à experiência de cuidado e, nesta perspectiva, o sentido que atribuem a essa experiência. Nesta pesquisa, a criança é entendida como protagonista que atribui sentido a própria narrativa.

“Tomamos a produção de sentidos como um processo interativo: ninguém produz sentido individualmente. Situamos o sentido como uma construção social (...)

que atravessa questões históricas e culturais e que é essa construção que permite lidar com situações e fenômenos do mundo social.” (Spink, 2010, p. 35). Deste modo, as práticas discursivas possibilitam uma análise do sentido a partir da linguagem e da maneira que o sujeito posiciona o seu discurso no contexto em que está inserido e como modo de perceber o cotidiano. Ao mesmo tempo, esta produção de sentidos configura o mundo da vida dos sujeitos, pois, este não é um dado inerte, considerando que a linguagem está profundamente ligada à produção da realidade social.

3.5 Aspectos Éticos

Inicialmente foi esclarecido, aos responsáveis pela instituição, os objetivos da pesquisa, apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e solicitada a Carta de Anuência, objetivando obter uma declaração dos mesmos sobre a autorização da inserção da pesquisadora e para a realização da pesquisa.

O Projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Deontologia da universidade em que o Colegiado de Pós-graduação em Psicologia (CPGPSI) é vinculado, sob número CAAE: 54636116.4.0000.5196, sendo aprovado em 20 de junho de 2016. Após o período da Qualificação, que ocorreu em agosto de 2016, foi iniciada a coleta de dados em novembro de 2016. Foi apresentado, aos participantes, o Termo de Assentimento, deixando-os à vontade na tomada de decisão em participar da pesquisa, assim como recomendado na resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/12 no que diz respeito aos aspectos éticos da pesquisa que envolva a participação de seres humanos.

Segundo a Resolução CNS 510/2016, toda pesquisa traz alguma forma de risco aos participantes, sendo necessário avaliar quais as possibilidades para cada caso concreto.

No presente projeto, o delineamento metodológico observacional não apresentou riscos físicos aos envolvidos. Contudo, o trabalho com crianças acolhidas, devido a situações de vulnerabilidade social (violência, abandono etc.) traz a possibilidade de fazer emergir emoções negativas ou conflituosas. Nestes casos, a pesquisadora responsável se disponibilizou a oferecer escuta individualizada, para a qual é capacitada por ser profissional em Psicologia.

Outra possibilidade diz respeito à exposição dos participantes, especialmente em se tratando de crianças. Neste caso, foram tomados todos os cuidados para garantir o anonimato, incluindo a confidencialidade quanto à identificação precisa da instituição de acolhimento em que a pesquisa foi realizada. Por este motivo, optamos por não identificar o município em que está localizada. Não houve benefícios diretos para as crianças, nem para a instituição. Entretanto, esta pesquisa tem como proposta possibilitar novos conhecimentos relevantes para a melhoria do acolhimento institucional a crianças vulneráveis e, talvez, para uma percepção mais crítica das políticas públicas para esta população, assim como é preconizado no ECA (1990), no CONANDA (2009) e nas Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009).

4. Resultados: “Brincar também é cuidar”: o cotidiano na Casa de Proteção

Neste capítulo, apresentaremos parte das interpretações dos dados, que ressaltam a brincadeira e a afetividade como relevantes para as crianças. A Etnografia e a Observação Participante possibilitaram a construção de diários de campo e estes também serão utilizados nos resultados que serão apresentados a seguir. Além do material gravado e transcrito, que foi coletado durante a entrevista, dados da observação sobre o momento em que as crianças elaboraram os desenhos e a maneira que se relacionaram com estes também serão utilizados. Neste último caso, estamos nos referindo a sentimentos e a maneira que cada criança se relacionou como o próprio desenho no momento da elaboração e ao finalizá-lo.

Iniciaremos a apresentação dos resultados a partir da inserção da pesquisadora no campo, o modo como foi recebida pelo grupo de meninos acolhidos e a relação com o universo lúdico construído pelos participantes, compreendido como elemento da cultura infantil. Logo após, apresentaremos como os meninos se identificam a partir do que é vivenciado na instituição e da modalidade de acolhimento em que foram inseridos, a relação com o lúdico e a importância da afetividade.

4.1 A Etnografia e a brincadeira como via de inserção no cotidiano institucional

Quando nos lançamos para fazer uma pesquisa etnográfica e recorremos a alguns autores na tentativa de compreender o que seria a etnografia, apropriamos-nos da definição que parte do entendimento sobre a importância da inserção do pesquisador(a) no cotidiano ou em uma cultura local e da possibilidade de conhecer o “todo” (Angrosino, 2009). Considerando que também optamos por uma perspectiva de análise social que parte da compreensão de que o cotidiano produz sentidos, percebemos a

singularidade do “todo” ao pensar em todos os sentidos que poderiam existir no campo em que a pesquisa foi realizada, mesmo que esta totalidade não seja atingida.

Também compreendemos o “todo” como complexidade e diversidade. Fazer uso do método etnográfico na pesquisa com crianças possibilitou que, enquanto pesquisadores, pudéssemos nos aproximar do cotidiano de meninos que vivenciam estar em uma instituição de acolhimento, pois ser acolhido na instituição não é uma decisão da criança, mas, uma determinação judicial e de outros órgãos de proteção, no intuito de possibilitar, a criança em situação de vulnerabilidade a garantia das necessidades básicas e outros direitos preconizados no ECA (1990).

No primeiro dia que a pesquisadora esteve na instituição, foi recebida por alguns profissionais e por algumas crianças e adolescentes que estavam no pátio ou na “quadra”, como foi nomeado pelos acolhidos. Após o momento com uma profissional da equipe técnica, quando esta foi informada sobre os objetivos e instrumentos de coleta de dados, a pesquisadora foi acompanhada até o espaço físico da sede da instituição onde são realizadas as atividades escolares, esportivas e culturais.

Gostaríamos de destacar e, apesar de já ter sido mencionado no capítulo anterior no que se referem aos aspectos éticos, que antes de dar início à coleta de dados, a pesquisadora obteve uma carta de anuência dos responsáveis pela instituição autorizando a realização da pesquisa. Além de ter sido apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o projeto de pesquisa aos responsáveis, como orientado e solicitado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade em que a pesquisa foi vinculada.

Após a visita à sede da instituição, a pesquisadora foi acompanhada por outro profissional até a Casa Lar Criança, onde estavam acolhidas oito crianças (todas do sexo masculino). Quatro destas estavam acolhidas na modalidade abrigo e quatro na casa lar,

sob os cuidados de uma mãe social. Duas das crianças acolhidas eram irmãos. As demais crianças não tinham parentesco. Todas tinham idades entre 9 e 11 anos incompletos.

Logo que a pesquisadora chegou na Casa Lar Criança, foi recebida pelo grupo de meninos e questionada sobre seu nome, quem era, de onde vinha, o que faria, quais dias faria visitas. Os meninos acolhidos foram informados sobre a finalidade da presença da mesma que solicitou, das crianças, conhecer a instituição e tudo que fazia parte daquele cotidiano. Também foram apresentados e informados sobre o termo de assentimento, bem como sobre o direito de manifestar o desejo de não participar da pesquisa e de não ter contato com a pesquisadora.

Ainda foram informados sobre a elaboração de desenhos e entrevistas, que seria o momento que cada um poderia explicar para a pesquisadora o que havia desenhado, o que sentiu no momento de desenhar e todos os outros elementos que poderiam ser representados nos desenhos. Tal proposta foi recebida de maneira positiva pelo grupo de meninos acolhidos e alguns apenas manifestaram a preocupação de não saber desenhar atrelando isto ao sentimento do medo de errar.

Ricardo: Mas o que você veio fazer aqui? Veio mesmo conhecer a gente e o que tem aqui? Então vamos brincar?

Pesquisadora: Do que vocês gostam de brincar?

*Ricardo: Brincar de esconde-esconde, de morto-vivo e você pode brincar com a gente. A gente também gosta de desenhar e assistir desenhos e filmes. Você pode assistir o desenho do Goku e das Tartarugas Ninjas com a gente se você quiser.
(Ricardo, 09 anos, modalidade casa lar).*

A brincadeira foi a via de inserção da pesquisadora no grupo de meninos acolhidos, brincando com o grupo de esconde-esconde, morto-vivo, faz-de-conta, futebol e leituras

de estórias infantis sobre o folclore brasileiro disponíveis na instituição e por solicitação dos participantes. Por se tratar de uma pesquisa etnográfica com crianças, poder participar de momentos de brincadeira possibilitou que a pesquisadora se inserisse no seu ambiente natural na instituição, o que propiciou uma relação de proximidade com o grupo de maneira espontânea.

Nesta pesquisa, a brincadeira pode ser compreendida como uma autorização legítima das crianças para a inserção da pesquisadora no grupo de acolhidos e no que representava ser o universo infantil, construído na relação entre os iguais, a partir do que a instituição oferecia como espaço de ludicidade e da relação de afetividade vivenciada entre os participantes. Assim, a etnografia possibilitou a inserção da pesquisadora no universo lúdico traçado no cotidiano institucional.

Foram numerosas as brincadeiras de faz-de-conta e os participantes representavam papéis de heróis, policiais, professores e lutadores de judô. Nelas, o sentido de brincar, além de ser um ato prazeroso, pode estar relacionado à necessidade de atribuir novos sentidos a experiência de vivenciar o cotidiano na instituição. É importante notar o fato de que brincar também se constituía como uma prática de cuidado individual e com o grupo.

Pesquisadora: Por que esse é o lugar que você mais gosta? (desenho dois – O lugar que mais gosta na Casa de Proteção – ANEXO A)

Ricardo: Porque eu posso brincar com meus colegas e todo mundo só brinca aí.

Pesquisadora: Brincar é uma coisa boa?

Ricardo: É Sim. Mas, tem que brincar sem machucar ninguém. (Ricardo, 09 anos, modalidade casa lar).

Podemos considerar, com a resposta de Ricardo, que não machucar é uma prática de cuidado com si próprio e como o outro, o que revela uma preocupação com o cuidar.

Deste modo há uma relação singular com a brincadeira e com o modo de lidar com esta, uma vez que brincar também poderia ser um ato agressivo ou violento, mas que se estabelece, no grupo dos participantes, na condição de não machucar alguém, constituindo-se como uma prática de cuidado, o que fortalece a relação entre os iguais.

No que se refere ao cotidiano institucional, além dos dados oriundos da observação participante, a pesquisadora também foi apresentada a este por meio da descrição que as crianças faziam sobre o que era vivenciado, o que possibilitou que a pesquisadora pudesse conhecer a maneira como lidam com normas, como se relacionam com educadores, mães sociais e tudo que faz parte do ambiente institucional em que estão inseridos. Foi percebida uma diferença referente à descrição do cotidiano e sentimentos atribuídos por meninos inseridos na Casa Lar e no Abrigo.

Os participantes acolhidos na Casa Lar, para além da rotina na instituição, também descreveram momentos com familiares, o que faziam aos finais de semana, atividades esportivas, visitas em locais como shoppings, praças, parques e pizzarias. Os meninos acolhidos no Abrigo apresentaram apenas elementos que se referem ao cotidiano institucional, demonstrando a necessidade de inserção em outros espaços e em outras atividades não ofertadas na instituição.

Roberto: Eu queria fazer judô como os outros meninos...

Pesquisadora: Judô?

Roberto: Sim. Só que aqui dentro não tem judô. Os meninos da rota fazem judô e outras coisas. Eles voltam para casa. Eu e outros meninos ficamos aqui.

(Roberto, 09 anos, modalidade abrigo).

A fala de Roberto revela a importância da pluralidade de relações e espaços de convivência para crianças que vivenciam a condição de acolhimento institucional, o que será melhor discutido neste e no capítulo seguinte. Apresentaremos, a seguir, o modo

que os participantes se apresentaram para a pesquisadora, que pode ser considerado como uma identidade construída a partir do cotidiano institucional e da modalidade em que estão inseridos. Neste sentido, tudo que é vivenciado na Casa Lar e no Abrigo tem importância para o grupo de meninos acolhidos e insere uma marca na história de vida desses.

4.2 Os meninos da Rota e os meninos da Casa

Observando interações entre o grupo de crianças acolhidas na instituição e a relação destas com as mães sociais e outros educadores, foi percebido uma expressão que revela como o cotidiano institucional também fornece sentidos para a maneira como estes meninos se identificam. As crianças se apresentaram e se identificaram para a pesquisadora como “meninos da rota e meninos da casa”, em que pertencer à rota ou à casa diz respeito à modalidade de acolhimento em que estão inseridos.

Roberto: Aqui tem os meninos da rota e os meninos da casa.

Pesquisadora: Quem são os meninos da rota?

Roberto: São os meninos que não dormem aqui, que voltam para casa, para família. A rota é o caminho que o carro que tem aqui faz pra deixar os meninos em casa. O carro vai deixando os meninos, de casa em casa, até deixar todo mundo. Menos eu e outros meninos. Nós somos meninos da casa, a gente dorme aqui, mora aqui. Não volta pra casa, pra lugar nenhum, fica aqui o tempo todo. (Roberto, 09 anos, modalidade abrigo).

Ser um menino da rota é estar acolhido na modalidade casa lar, o que implica o retorno ao ambiente familiar, a partir 17h, para que no outro dia, às 6h da manhã se volte para a instituição. Ser um menino da casa é estar inserido na modalidade abrigo,

permanecendo todo o tempo na instituição. Percebe-se na resposta de Roberto que descrever quem seriam os meninos da rota também implica na descrição ou na apresentação de quem seriam os meninos da casa.

Podemos pensar no caráter simbólico que a caracterização da expressão “meninos da rota e meninos da casa” possui, construída a partir de uma organização institucional, se considerarmos as duas modalidades de acolhimento ofertadas, mas, que nos fala de uma compreensão da realidade por parte dos participantes. Deste modo, consideramos que alcançamos parte do objetivo desta dissertação, no que diz respeito a apresentar a experiência de acolhimento institucional a partir da compreensão de meninos acolhidos na Casa de Proteção.

Não foi possível perceber se a criação da expressão “meninos da rota e meninos da casa” surgiu dos educadores ou do grupo de meninos, pois é compartilhada por todos (acolhidos e profissionais que atuam na instituição). Parece ser uma expressão criada por adultos e de natureza institucional, mas, o fato é que esta é assumida pelo grupo de meninos acolhidos como uma identidade dentro da instituição.

Também podemos compreender o “menino da rota e o menino da casa” como uma maneira dos participantes se apropriarem de sua própria realidade. “(...) as crianças transformam as informações do mundo adulto a fim de responder às preocupações de seu mundo. Dessa forma, contribuem simultaneamente para a reprodução da cultura adulta.” (Corsaro, 2011, p. 53).

Neste sentido, ao se apropriarem da expressão “meninos da rota e meninos da casa” também participam do que faz parte da organização da instituição, que é uma criação do mundo dos adultos e com o cotidiano na casa lar e no abrigo. “É por meio da produção e participação coletivas nas rotinas que as crianças tornam-se membros tanto de suas culturas de pares quanto do mundo adulto onde estão situadas.” (Corsaro, 2011, p. 128).

Os meninos da rota e da casa participam das mesmas atividades e inseridos em uma mesma rotina institucional. A distinção entre as modalidades não implica em uma separação entre os acolhidos dentro da instituição. Durante o período matutino, após o banho e o café da manhã (inclusive para os meninos da rota), realizam atividades educativas como aulas de informática, música e momentos de interação e brincadeira entre o grupo de crianças acolhidas e ficam sob os cuidados de mães sociais e educadores.

No período vespertino, após o banho e o almoço, os meninos da rota e da casa são encaminhados à escola, que funciona dentro da instituição de acolhimento, em cinco salas de aula de turmas multisseriadas, que incluem os adolescentes acolhidos. As salas de aulas representam um anexo de uma escola municipal que funciona próximo à instituição e os participantes não mantêm contato com outras crianças matriculadas nesta escola, apenas como as que estão na mesma condição de acolhimento institucional. Às 17h e 30min, após o banho e o jantar, os meninos da rota são acompanhados ao veículo da instituição e deixados em suas residências.

A seguir, apresentaremos a maneira que os meninos da rota e da casa lidam com o lúdico, a amizade e a afetividade entre o grupo de iguais. A importância que atribuem à ludicidade e afetividade no enfrentamento do cotidiano institucional e como possibilidade de ressignificar as histórias de vida, desamparo e sofrimento também é um tema que emerge com relevância. Os dados que serão apresentados são oriundos da elaboração de desenhos, das entrevistas que foram realizadas e da observação realizada pela pesquisadora durante a realização da observação participante.

4.3 O lugar da brincadeira

“Aqui eu tenho amigos e a gente brinca todo dia” (Ricardo, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar)

Os participantes foram convidados a elaborar desenhos a partir de temas sugeridos pela pesquisadora. Ressaltamos que optamos por fazer uso da elaboração de desenhos como instrumento de coleta de dados pelo fato do ato de desenhar poder assumir um caráter lúdico e prazeroso para criança, considerando ainda, uma possível dificuldade que os participantes poderiam ter se fossem convidados para somente relatar o ambiente e o cotidiano da instituição de acolhimento.

Após a elaboração de desenhos, foi realizada a entrevista individual, a partir de um roteiro semiestruturado, em que cada criança pôde descrever o que desenhou e também os sentimentos e sentidos atribuídos aos elementos que foram elaborados nos desenhos. Todas as elaborações trazem ambientes da Casa de Proteção, situações vivenciadas, sentimentos e a inserção do grupo de meninos acolhidos.

Acreditamos que a criatividade e a imaginação dos participantes inseriram importantes elementos nos desenhos que foram elaborados, que dizem respeito tanto à caracterização da instituição de acolhimento, quanto a expectativas, sentimentos, desejos e situações vivenciadas no cotidiano entre iguais. Neste sentido, o ato de desenhar também possibilitou que os participantes lidassem com os diversos sentimentos que são atribuídos à experiência no cotidiano na Casa de Proteção.

A compreensão sobre criatividade e imaginação que assumimos nesta pesquisa aproxima-se do entendimento de Vigotski (1934) em que “(...) a criatividade tem uma origem social, veiculada através da atividade de troca simbólica entre os indivíduos (...) é historicamente determinada e faz parte de um sistema de significados mais complexo

que se modifica ao longo dos estádios de desenvolvimento humano.” (Vigotski, 2014, p.11).

No tocante à imaginação, compreendemos que “Os traços da imaginação fundam-se nas experiências precoces do homem: a primeira forma de ligação entre a imaginação e a realidade faz-se a partir das primeiras experiências do sujeito com o “outro”.”(Vigotski, 2014, p.11). Desse modo, tudo que é vivenciado na infância pode influenciar no desenvolvimento biopsicossocial, além, de inserir sentidos na história de vida da criança, considerando ainda que imaginação e criatividade estão ligadas aos sentidos compartilhados.

Os desenhos foram elaborados a partir de temas sugeridos pela pesquisadora e no primeiro tema, que tinha como objetivo uma descrição criativa da instituição, foram identificados elementos que apresentam uma caracterização da Casa de Proteção como espaço de experiências com o lúdico. A maioria das elaborações de desenhos referentes a este primeiro tema trazem a representação de uma casa grande, com uma quadra para prática de esportes, um pátio, crianças e momentos de brincadeira.

No segundo tema, que consistia na proposta de elaborar desenhos que expressassem o local que mais gostavam na Casa de Proteção, foram representados nos desenhos momentos de brincadeira na quadra, no pátio e em uma sala onde assistem desenhos, filmes infantis e que também utilizam como lugar para brincar. Neste segundo tema, apenas duas crianças não elaboram desenhos que apresentaram elementos de ludicidade, mas outros espaços de cuidado que identificam na instituição, a partir de situações vivenciadas e serão apresentados no próximo capítulo.

Pesquisadora: Como é a Casa de Proteção? (desenho 1 – Como é a Casa de Proteção? – ANEXO B)

Roberto: Os meninos ficam aqui pra jogar bola, brincar de matança, de sete cacos...

Pesquisadora: Essa casa do desenho significa algo pra você?

Roberto: Sim. [Silêncio] Uma coisa boa.

Pesquisadora: O que é isso [apontei para o desenho]? (desenho 2 – O lugar que mais gosta – ANEXO C).

Roberto: É o pátio.

Pesquisadora: O que você faz nesse lugar [apontei para o desenho]?

Roberto: Joga bola, brinca de pega-pega... (Roberto, 09 anos, acolhido na modalidade abrigo).

No trecho anterior, retirado da entrevista com Roberto, percebe-se a importância do lúdico na caracterização da instituição, em que brincar para as crianças acolhidas é entendido como algo importante, prazeroso e que assume um lugar de sentido da instituição para os participantes. Gostaríamos de destacar a importância do ato de brincar na experiência de vida da criança, em que a rotina lúdica pode ser entendida como uma tentativa da cultura infantil de ter certo controle sobre a autoridade dos adultos (Corsaro, 2011).

Pesquisadora: Essa Casa [apontei para o desenho], a Casa de Proteção, como ela é? (desenho 1 – Como é a Casa de Proteção? – ANEXO D)

Igor: Aqui é onde eu estou estudando e os meninos jogando bola.

Pesquisadora: Essa casa é grande ou pequena... É igual ou diferente de outras casas?

Igor: É grande. É diferente.

Pesquisadora: Explica um pouquinho o teu desenho... O que é isso? (desenho 2 – O lugar que mais gosta – ANEXO E)

Igor: Aqui é uma quadra e eu tô vendo os meninos jogarem bola.

Pesquisadora: Você prefere ver os meninos jogar bola ou ir jogar bola com eles?

Igor: Ir jogar bola.

Pesquisadora: Brincar é uma coisa boa? Você gosta de brincar de quê?

Igor: É sim. Brincar de pega-pega e de matança. (Igor, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar).

No trecho retirado da entrevista com Igor, de modo semelhante como observado no trecho da entrevista com Roberto, a descrição da instituição emerge a partir de momentos e situações de brincadeira. Vale ressaltar que, em ambos os trechos, o ato de brincar envolve a participação de outras crianças acolhidas, o que fortalece a relação entre o grupo de iguais e possivelmente influencia na maneira de lidar com o acolhimento institucional.

Igor também compreende a Casa de Proteção como lugar para estudar e aprender, fazendo referência ao ambiente escolar existente na instituição. Neste sentido, a Casa de Proteção é o lugar de estudar e jogar bola e podemos questionar de que modo a experiência com o lúdico também pode influenciar no aprendizado e em uma maneira prazerosa de lidar com o cotidiano institucional.

Igor reconhece a instituição como algo diferente do ambiente familiar, o que compreendemos como algo importante, pois, a instituição passa assumir o lugar do aprendizado, do lúdico, da experiência de se relacionar com outras crianças, caracterizando-se como outro contexto social, tão relevante quanto a relação com a família. Isso pode possibilitar que Igor ressignifique a experiência de vida que o levou ao acolhimento institucional, a impossibilidade da família suprir necessidades básicas.

Para os participantes inseridos na casa lar, a instituição e a família precisam representar espaços de afetividade, proteção e acolhimento, porém não como contextos concorrentes ou divergentes para criança, pois, tudo que é vivenciado na Casa de Proteção e na família assume lugar de importância para os meninos acolhidos. Neste sentido, o diálogo entre a instituição e a família é fundamental no enfrentamento de possíveis conflitos e adversidades. Ainda devemos considerar que estar na instituição, pode representar, para a criança em acolhimento institucional um novo contexto, novas pessoas (adultos e crianças) e a compreensão de regras e normas (horário para refeições, banho, escola e até mesmo brincar) distintas da realidade que tinham no contexto familiar e, em alguns casos, da experiência com situações de rua. Estar acolhido em uma instituição também pode representar a inserção em um novo ambiente para a criança.

Ressaltamos a importância do ato de brincar, ou, da experiência lúdica na vivência de acolhimento institucional dos participantes porque foi um tema que surgiu insistentemente nos desenhos, entrevistas e observação. Compreendemos o lúdico também como uma possibilidade de cuidado, ao identificar que os meninos acolhidos percebem o ato de brincar como uma maneira de cuidar de si e cuidar do outro, não podendo ser uma ação que machuque ou que represente algum tipo de agressão.

Tanto a descrição da instituição, quanto o lugar que os participantes mais gostam dentro da Casa de Proteção são percebidos como espaços para brincar. Deste modo, também é atribuída à Casa de Proteção o sentido do lúdico, da criatividade e da imaginação. A seguir, apresentamos outros sentidos encontrados na análise que realizamos e que partiu da compreensão sobre as práticas discursivas (Spink, 2010;2014) observadas entre as crianças.

4.4 Amizade e afetividade

No início deste capítulo, discutimos como a etnografia possibilitou a aproximação da pesquisadora com o grupo de meninos acolhidos na Casa de Proteção, por meio de momentos de brincadeira, leitura de histórias infantis, jogos e outros momentos que fazem parte da cultura infantil. Ressaltamos que os dados apresentados também são oriundos de elaborações de desenhos e entrevistas individuais, analisados como campo das práticas discursivas (Spink, 2010).

Além de vivenciarem a rotina da instituição, os participantes também compartilham o mesmo ambiente escolar e participam de atividades culturais, educativas e esportivas que fazem parte do cotidiano na Casa de Proteção, o que propicia a interação entre o grupo e o enfrentamento do cotidiano institucional, como por exemplo, seguir normas e regras. “Assim, as crianças criativamente se apropriam e ampliam o conhecimento social que lhes foi apresentado pela primeira vez nas rotinas adulto-criança.” (Corsaro, 2011, p. 165). Isto também deve ser considerado para melhor compreensão dos resultados apresentados.

Nos momentos de brincadeira, também reconhecemos o quanto a ludicidade é importante para o desenvolvimento da afetividade entre o grupo de meninos acolhidos, o que fortalece modos saudáveis de se relacionarem, no sentido de existir o compromisso de brincar como uma preocupação coletiva. O cotidiano na instituição e os momentos de brincadeira propiciam o surgimento da amizade entre o grupo de acolhidos.

“O conhecimento em desenvolvimento da criança sobre a amizade está muito proximamente ligado às demandas sociais e contextuais de seus mundos de pares.” (Corsaro, 2011, p.164). Neste sentido, a relação afetiva entre os participantes e a amizade entre eles podem ser compreendidas como uma maneira de lidar com a

realidade de acolhimento na instituição e também como uma possibilidade de ressignificar a experiência de institucionalização.

Pesquisadora: Você joga vôlei com quem?

Lucas: Com os meninos.

Pesquisadora: Quando você está na quadra... Geralmente você fica só ou com alguém?

Lucas: Com os meninos.

Pesquisadora: Você prefere ficar aqui só ou com os meninos?

Lucas: Com os meninos.

Pesquisadora: Os meninos são o que pra você?

Lucas: Amigos... Colegas...

Pesquisadora: O que é ter amigo?

Lucas: É onde algo faz bem para o outro.

Pesquisadora: Você tem isso aqui?

Lucas: Sim.

Pesquisadora: Só pra eu não esquecer... O que é mesmo ter um amigo?

Lucas: É ter uma pessoa. Sem amigo a pessoa fica ser ter com quem falar, com quem brincar... Amigo é alguém pra emprestar as coisas, que brinca com a pessoa... E joga bola. (Lucas, 11 anos, acolhido na modalidade abrigo).

No trecho da entrevista realizada com Lucas, é nítida a preferência dele sobre a presença do grupo de meninos acolhidos em momentos de brincadeira e durante a permanência na Casa de Proteção. O fato de compartilharem diversos momentos, fortalece a relação, o que também influencia na resolução de conflitos entre o grupo, além de também se caracterizar como apoio social e afetivo. “As crianças constroem conceitos de amizade, enquanto, ao mesmo tempo, vinculam esses conceitos às

características organizacionais específicas da cultura de pares (...)” (Corsaro, 2011, p. 164).

Outro elemento que gostaríamos de destacar no trecho da entrevista com Lucas é o fato de que este se refere a si próprio e seus iguais como pessoa, o que reforça a nossa compreensão sobre o entendimento da infância como uma fase de autonomia e protagonismo, em que a criança é uma pessoa que não assume uma postura de passividade diante da própria experiência de vida e do contexto social em que faz parte. Lucas não foi a única criança a se referir deste modo a si próprio, mas isto foi identificado no grupo em geral.

Pesquisadora: O que acontece aqui [aponte para o desenho] que faz você se sentir feliz? (desenho 3 – como se sente quando está na Casa de Proteção – ANEXO F)

Ricardo: Porque aqui eu estou brincando com os meus colegas de correr. E eu fico alegre.

Pesquisadora: Você se sente alegre aqui por que tem os meninos?

Ricardo: É.

Pesquisadora: E se não tivesse os meninos aqui seria bom?

Ricardo: Não.

Pesquisadora: Você tem amigos aqui na Casa de Proteção?

Ricardo: Tenho vários.

Pesquisadora: Ter amigo é uma coisa boa?

Ricardo: É. A gente brinca... Eles me chamam pra brincar e um bocado de coisa. (Ricardo, 09 anos de idade e acolhido na modalidade casa lar).

No trecho da entrevista realizada com Ricardo, que também fala sobre os momentos de brincadeira, gostaríamos de ressaltar o sentido que ele atribui a amizade

com outros meninos acolhidos na Casa de Proteção como algo que o faz se sentir alegre. Neste sentido, o modo que os participantes se relacionam e o sentimento de alegria pode ser compreendido como uma relação de cuidado entre os pares. “As amizades são construídas coletivamente pela participação ativa das crianças em seus mundos sociais e nas culturas de pares (...)” (Corsaro, 2011, p. 165).

Também podemos compreender a amizade entre os participantes como uma maneira de proteção no grupo de meninos acolhidos e, também, de cuidado, quando ter amigo assume o sentido de “ser uma coisa boa”, o que ainda nos revela a existência do sentimento de pertencimento. “Finalmente, ao proteger seus espaços interativos, as crianças acabam percebendo que podem gerenciar suas próprias atividades.” (Corsaro, 2011, p. 165). E, neste sentido, também é possível que os participantes também possam gerenciar o modo de se relacionar entre si.

5. Compreensões de Cuidado: “O lugar que é bom e ruim”

“É uma casa grande, diferente, que tem quadra de futebol e outras crianças para brincar”

(Ricardo, 09 anos, acolhido na modalidade abrigo).

No capítulo anterior, apresentamos resultados que dizem sobre a importância que as crianças acolhidas atribuem a experiência com o lúdico e o quanto os momentos de brincar fortalecem afetividade entre os participantes, o que também pode influenciar na maneira que reconhecem o cotidiano dentro da Casa de Proteção. É perceptível, na análise dos resultados, que é atribuído ao lúdico o sentido do cuidado, quando brincar é uma possibilidade de cuidar de si próprio e das demais crianças que estão na mesma condição de acolhimento institucional e que compartilham o cotidiano.

Neste capítulo, apresentaremos outros elementos sobre a compreensão que os participantes têm sobre cuidado e os sentidos que atribuem. Gostaríamos de ressaltar que os dados oriundos da observação participante e das entrevistas apontam que a compreensão do cuidado emerge a partir das experiências vivenciadas dentro da Casa de Proteção. Neste sentido, os dados que encontramos não dizem respeito a uma compreensão de cuidado como um conceito ou algo construído a partir de um conhecimento formal e por vezes adquirido no ambiente escolar.

A compreensão do cuidado surge a partir dos sentidos que são atribuídos e construídos no cotidiano, na relação entre o grupo de iguais, com as mães sociais e outros educadores. Apresentaremos, a seguir, alguns trechos das entrevistas individuais realizadas, retirados dos mapas dialógicos⁸ que construímos a partir do que sugere Spink (2010;2014), considerando as particularidades do modo que as crianças se expressam.

Pesquisadora: Como é a Casa de Proteção?

⁸ Tivemos que adaptar o formato dos mapas, pois as crianças não se expressam através de longas explicações. Assim, foi necessário incluir as perguntas e observações da pesquisadora nos mapas.

Roberto: Os meninos ficam aqui pra jogar bola. Brincar de matança, de sete cacos...

Pesquisadora: Você gosta de ficar aqui [apontei para o desenho]? (desenho 1 – Como é a Casa de Proteção – ANEXO B)

Roberto: [Silêncio] Sim.

Pesquisadora: Como você se sente quando está aqui?

Roberto: Tem vezes que aqui fica ruim... Quando não brinca.

Pesquisadora: Tem outras vezes que aqui também fica ruim?

Roberto: Só quando não brinca. (Roberto, 09 anos, acolhido na modalidade abrigo).

No fragmento da entrevista com Roberto, percebe-se uma ambiguidade na maneira de perceber a permanência na instituição e podemos considerar que o sentido de estar acolhido perpassa a experiência de ludicidade com outras crianças acolhidas. Não podemos esquecer que estar na Casa de Proteção não é uma escolha da criança, mas, uma medida judicial, no intuito de garantir algumas necessidades básicas, proteção e cuidado, quando a família ou outros responsáveis, por diversos motivos, não conseguem garantir o cuidado de que a criança necessita.

Pesquisadora: E o que essa casa, que é a Casa de Proteção, significa para você?

Leandro: Significa bom.

Pesquisadora: Quando você está aqui na Casa de Proteção... Pensa em alguma coisa?

Leandro: Sim. Correr, brincar, pular... (Leandro, 10 anos, acolhido na modalidade abrigo).

No trecho da entrevista com Leandro percebe-se uma semelhança com os fragmentos da entrevista apresentada anteriormente, com Roberto, o que reforça a nossa compreensão do lúdico como experiência de cuidado, que produz sentidos e possibilidades de ressignificar a vivência de institucionalização e as situações de vulnerabilidade que ocasionaram o acolhimento. Porém, a Casa de Proteção é uma instituição que também acolhe adolescentes que estabelecem maneiras de se relacionar entre eles e como os participantes e por vezes foram observados alguns conflitos no momento de compartilhar espaços e durante algumas atividades esportivas.

Pesquisadora: Você lembra o que pedi pra você desenhar aqui? (desenho 03 – como se sente quando está na Casa de Proteção – ANEXO G?)

Lucas: Sim. Raiva, alegre... não. É chorando, raiva, triste e alegre. Raiva, chorando, triste e alegre.

Pesquisadora: Raiva, chorando, triste e alegre... São pessoas ou é você?

Lucas: Sou eu.

Pesquisadora: E como você se sente quando está aqui?

Lucas: Bem... Às vezes... Alegre. Raiva, chorando, triste e alegre.

Pesquisadora: Na maioria das vezes é como?

Lucas: Tem vezes que fico triste e tem vezes que fico alegre.

Pesquisadora: O que acontece que faz você se sentir dessa maneira?

Lucas: É que tem uns meninos que ficam me chateando.

Pesquisadora: Quando você fica com raiva?

Lucas: Quando os meninos ficam com coisa.

Pesquisadora: E chorando?

Lucas: Quando os meninos me batem.

Pesquisadora: E triste?

Lucas: Quando os meninos ficam tomando as coisas da pessoa.

Pesquisadora: E Alegre?

Lucas Quando os meninos dá as coisas a eu, deixa eu brincar. As mães ficam dando carinho. (Lucas, 11 anos, acolhido na modalidade abrigo).

Todos os acolhidos (crianças e adolescentes) que estão na Casa de Proteção vivenciaram condições de vulnerabilidade (que serão mencionada mais adiante) e violências (física, psicológica, exploração) e, por vezes, podem repetir comportamentos agressivos como maneira de lidar com conflitos e situações do cotidiano, por terem sido inseridos, durante a vida, em ambientes que produziam relações de sofrimento e não saudáveis. Neste sentido, é fundamental a atuação da equipe técnica, assim como previsto nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento (2009), dando destaque a atuação do(a) Psicólogo(a) como profissional da escuta, do acolhimento e que utilize de técnicas que viabilizem a construção de projetos de vida e de maneiras saudáveis de se relacionar com os outros ao redor.

Ainda sobre o trecho da entrevista com Lucas, ele fala sobre o carinho e o sentimento de alegria. A compreensão que tem sobre carinho também está relacionada à relação com as mães sociais e outros educadores, pois, estes são referências de atenção e cuidado para Lucas, que foi acolhido na Casa de Proteção após exposição a situações de rua e violência, quando tinha aproximadamente sete anos de idade. A seguir apresentaremos trechos da entrevista com Lucas, extraído do mapa dialógico e que fala sobre o sentido do carinho e do cuidado.

Pesquisadora: Você falou sobre carinho... O que é carinho?

Lucas: É, assim, alisando a cabeça. Fazendo um bocado de coisa.

Pesquisadora: O que mais é carinho?

Lucas: Fazendo cosquinhas, alisando a cabeça, bocado de coisa...

Pesquisadora: Você recebe isso aqui... Esse carinho?

Lucas: Sim, das mães que tem aqui, de João e Paulo [educadores sociais] também.

Pesquisadora: E cuidado? O que é cuidado?

Lucas: Cuidado é ter uma mãe que cuide da gente. E aqui a gente tem várias mães. A mãe cuida, dá café, faz almoço, abraça, faz carinho na cabeça... E às vezes briga também quando a gente faz coisa errada. (Lucas, 11 anos, acolhido na modalidade abrigo).

Percebe-se, no trecho da entrevista com Lucas, o sentido da compreensão de cuidado e o quanto a relação com mães sociais e educadores é importante, especialmente se consideramos todas as condições de vulnerabilidade que ele já vivenciou. Deste modo, para além da garantia das necessidades básicas (alimentação e moradia) a instituição precisa ofertar outras possibilidades de cuidado, como a experiência com a afetividade, fundamental para o desenvolvimento saudável de crianças, o que influencia no modo desta de se relacionar com as pessoas ao redor e com a construção de seus projetos de vida.

Durante a etnografia também foram observados alguns elementos que fazem da Casa de Proteção “o lugar que é bom e o lugar que é ruim”, como a separação entre irmãos de gênero diferente, já que a instituição acolhe apenas meninos e podemos considerar que quando uma criança necessita de acolhimento, se há irmãos, estes também necessitam de instituições que ofertam cuidado e proteção. Um dos participantes da pesquisa tinha irmãs acolhidas em outra instituição e, em alguns momentos, falou com tristeza sobre a separação entre eles e a saudade.

Roberto: A gente resolveu sair de casa porque a gente apanhava muito. Minha irmã chamou eu e outra irmã minha pra fugir...

Pesquisadora: E para onde vocês foram?

Roberto: A gente ficou na rua, limpando o sapato dos homens que passavam na praça, pedindo dinheiro quando alguém passava... A gente também brincava e tomava banho de rio. Mas a gente estava junto. Aí um dia uma mulher achou a gente na rua, disse que estava errado a gente ficar na rua e levou pra outra casa igual a Casa de Proteção. A gente ficou lá juntos uns dias, mas, depois colocaram a gente no carro e me trouxeram pra cá e minhas irmãs pra outra casa igual a Casa de Proteção.

Pesquisadora: E depois você viu as suas irmãs...? Elas te visitam aqui ou te levam lá na casa que elas ficam pra visitar?

Roberto: Me levaram só uma vez. E elas chegaram aqui pra me ver só uma vez também. Eu sinto muita falta delas. São minhas irmãs. E saudade.

Pesquisadora: Há quanto tempo você já está aqui na Casa de Proteção?

Roberto: Eu não sei. Só sei que tem tempo. Não sei se já tem 01 ano ou 02 anos. (Roberto, 09 anos, acolhido na modalidade abrigo).

A fala de Roberto revela a importância da relação entre irmãos para crianças que vivenciam condições de acolhimento institucional. Neste sentido, a separação entre irmãos pode se configurar como uma violência para criança, como mais uma experiência de quebra ou fragilidade de vínculos e de referências de pertencimento e amor. Por vezes é na relação com os irmãos que a criança pode ter a experiência da afetividade na família, já que sofreu condições de violência por parte de outros familiares.

É fundamental que as instituições de acolhimentos compreendam a importância da relação entre os irmãos e não os separe devido à diferença de gênero, idades e outras condições. Acolher implica em receber a criança como ela é, seja menino ou menina e

toda a história de vida que carrega. Neste sentido, é fundamental que as instituições estejam preparadas para lidar com questões relacionadas a gênero e a sexualidade, que também fazem parte do desenvolvimento da criança.

5.1 Cuidado como a garantia de necessidades básicas

As Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (2009), para além de orientar e estabelecer o funcionamento dos serviços de acolhimento nas suas diversas modalidades, também defende a importância desses serviços ofertarem acolhimento, além de garantir o direito à criança do acesso às necessidades básicas como moradia, alimentação e proteção.

Podemos pensar que para crianças que vivenciaram condições de vulnerabilidade e que tiveram direitos fundamentais negligenciados como o acesso à alimentação, por exemplo, é tão importante quanto o direito de não sofrer maus tratos. Também podemos considerar a garantia das necessidades básicas como o direito à dignidade, fundamental na infância e em todas as fases de desenvolvimento do ser humano.

Pesquisadora: Estar aqui na Casa de Proteção é bom ou ruim?

Ricardo: É bom.

Pesquisadora: E o que tem aqui que deixa esse lugar bom?

Ricardo: Tudo. A janta, o lanche... Tudo. Jogar bola é bom. A sala da informática...

Pesquisadora: É uma casa diferente de outras casas? Ou é igual?

Ricardo: Não. É diferente. Tem almoço, janta, tem tudo. A quadra, a sala de informática, a sala da cultura... (Ricardo, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar).

No trecho da entrevista com Ricardo podemos perceber a maneira como ele atribui importância ao acesso às refeições. Se os participantes atribuem o sentido do cuidado à experiência com o lúdico e avaliam a permanência na instituição a partir do acesso à refeição, paralelo ao ato de brincar, podemos considerar que “a janta, o lanche” também são compreendidos pelos participantes como cuidado.

As condições que ocasionam a entrada da criança em serviços de acolhimento podem ser diversas, pode não haver situações de maus-tratos como violência física mas, existem condições de vulnerabilidade, como a pobreza extrema, ausência de moradia e outros direitos. Neste sentido, a garantia do acesso à alimentação pode ser entendida como o direito ao acesso a necessidades básicas à sobrevivência e que é a partir da garantia deste direito que a experiência com outras formas de cuidado passa a existir como possibilidade. É como se a alimentação, enquanto direito da criança a partir de uma necessidade básica, viabilizasse a experiência de respeito à dignidade humana, como pode ser percebido nas falas anteriores.

art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2012).

Por fim, finalizaremos este tópico com o trecho retirado do mapa dialógico, construído a partir da entrevista com Lucas, que avalia a permanência na Casa de Proteção como algo bom por meio do acesso à alimentação, moradia (“dorme”), a higiene pessoal (quando menciona o acesso ao banho) e mais uma vez, a experiência com o lúdico.

Pesquisadora: O que a Casa de Proteção significa para você, Lucas?

Lucas: Hum... É bom. A Casa de Proteção dá comida, a pessoa toma banho, almoça, janta, toma banho, dorme, brinca de videogame, assiste televisão e brinca de bola. (Lucas, 11 anos de idade e acolhido na modalidade abrigo).

Todos os seis meninos participantes da pesquisa destacaram a importância da alimentação (“o café, o lanche, o almoço, o lanche e a janta”) na experiência de viver o cotidiano na Casa de Proteção. Ressaltamos o compromisso desta dissertação em apresentar uma compreensão de cuidado e os sentidos que são atribuídos a este, a partir da perspectiva de crianças em um serviço de acolhimento.

Deste modo, é fundamental a garantia da oferta de alimentação com qualidade, já que também compreendemos que este é um direito fundamental que deve ser assegurado e que possibilita à experiência de amparo e cuidado da dignidade de crianças que vivenciaram condições de extrema vulnerabilidade social e pobreza.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2012).

Logo, a oferta da alimentação deve ser entendida pelas instituições de acolhimento como uma medida inicial e emergencial para a criança, no momento em que é recebida na instituição, para que as outras práticas de cuidado (moradia, higiene, proteção, acolhimento, escuta etc.) possam ser ofertadas, pois, o atendimento às necessidades consideradas básicas pelas próprias crianças é fundamental para a garantia do seu direito à vida, o que condiz com nossa posição em entender a criança como protagonista.

5.2 Cuidado como “cura”

Quando nos propomos a discutir a compreensão de cuidado na perspectiva da criança, fomos questionadas a pensar se alcançaríamos êxito. Fomos provocadas a refletir se crianças, considerando a idade dos participantes desta pesquisa (09 a 12 anos incompletos),

compreenderiam e conseguiriam expressar o sentido do cuidado, devido à fase de desenvolvimento (infância) e maturidade emocional. Além do fato de que, por vezes, a compreensão de cuidado requer um conhecimento formal que nem sempre é apresentado nos primeiros anos escolares.

Desde o momento inicial, quando a pesquisa que originou essa dissertação era apenas um projeto, assumimos o compromisso de ver a criança como protagonista da sua própria vida, alguém com opinião, desejos, que vê e sente o mundo ao redor. Logo, acreditávamos que as crianças que participariam da pesquisa pudessem não apenas falar sobre uma compreensão de cuidado, mas, também produzir sentidos próprios a partir desta compreensão, fruto das experiências do cotidiano, na relação entre o grupo de iguais e com tudo que faz parte do universo do contexto que estariam inseridas.

Porém, precisamos assumir que não esperávamos encontrar em crianças de 09 anos de idade uma compreensão de cuidado como cura, em que sentidos como felicidade e bem-estar pudessem estar atrelados, especialmente se considerarmos que alguns modelos mais tradicionais de compreensão de saúde não elegem a felicidade como algo da experiência de cuidado e cura enquanto bem-estar.

Duas das crianças participantes, quando convidadas a desenhar o local da Casa de Proteção que mais gostavam, elegeram a enfermaria como o local de preferência, fazendo uma relação com situações vivenciadas que os levou até a enfermaria e o com cuidado que foi ofertado. Gostaríamos de destacar que a atenção prestada pelo adulto no atendimento à demanda que levou os dois participantes à enfermaria, foi entendida por ambos de maneira muito semelhante, o que podemos considerar como uma expressão legítima do sentido produzido pela via da experiência, a partir do que é vivido e compartilhado com quem está ao redor. Apresentaremos os fragmentos dos dois mapas dialógicos e que remetem à questão a que estamos nos referindo.

Pesquisadora: Luiz, você lembra o que eu pedi pra desenhar aqui? (desenho 02 – lugar que mais gosta – ANEXO H)

Luiz: Pra desenhar o lugar que eu gostava mais

Pesquisadora: E que lugar é esse?

Luiz: É o lugar que fica a enfermeira.

Pesquisadora: Por que você desenhou esse lugar?

Luiz: Porque eu gosto de lá... Porque ela cura a gente.

Pesquisadora: E o que é curar?

Luiz: É... Quando a pessoa tá doente ela deixa a pessoa boa.

Pesquisadora: Ela quem?

Luiz: A enfermeira. Ela também dá remédio pra pessoa sarar, quando tá doente.

Pesquisadora: Você quer contar como foi que você ficou doente?

Luiz: Teve um dia que estava com uma ferida aqui [apontou para o queixo] aí ela pegou e me levou no médico. O médico disse que tinha que pegar um algodão, passar pomada, e passar em mim todo dia. Aí por isso sarou.

Pesquisadora: O que é sarar?

Luiz: Sarar é deixar a pessoa curada.

Pesquisadora: O que é uma pessoa curada?

Luiz: É uma pessoa que tá boa.

Pesquisadora: E quando a pessoa está curada ela está como?

Luiz: Feliz.

Pesquisadora: Hoje você acha que está curado?

Luiz: [silêncio]. Sim.

Pesquisadora: Esse lugar da enfermaria é um lugar de cuidado?

Luiz: É.

Pesquisadora: E o que é cuidado?

Luiz: Cuidado é quando a pessoa tá ficando doente e vem alguém que tem que cuidar da pessoa pra ficar bem.

Pesquisadora: O que mais é cuidado?

Luiz: Alguém cuidar da gente pra ficar bom e feliz é cuidado. (Luiz, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar).

Luiz, mesmo com apenas com 09 anos, apresenta uma compreensão ampliada de cuidado, atribuindo o sentido de felicidade e bem-estar à experiência de se sentir cuidado de diversas formas. Também podemos considerar que os sentidos emergiram a partir de uma experiência de acolhimento no momento em que Luiz necessitou de cuidados que foram ofertados na enfermaria. Neste sentido, podemos pensar na dimensão que a escuta, o acolhimento e atenção tem para crianças, especialmente se vivenciaram situações de maus-tratos, desamparo e sofrimento.

Destacamos a importância da atuação do Psicólogo em serviços de acolhimento como o profissional da escuta, do acolhimento e do cuidado para tudo que é difícil de ser dito e compartilhado pela criança. A utilização de desenhos e outros recursos lúdicos (estórias infantis, tinta, argila etc.) são fundamentais para que a criança possa expressar o que pensa e sente. O serviço de acolhimento é orientado e normatizado a partir de políticas públicas assistenciais (Sistema Único de Assistência Social), mas, isso não impede que práticas mais amplas de cuidado e de oferta de saúde sejam possibilitadas em abrigos e casas lares.

Pesquisadora: Que local é esse [aponte para o desenho]? (desenho 2 – lugar que mais gosta – ANEXO E)

Igor: É a enfermaria.

Pesquisadora: Por que esse lugar é o que você mais gosta?

Igor: Porque aqui ela cuida de nós.

Pesquisadora: Quem cuida?

Igor: Ela. A enfermaria.

Pesquisadora: É a enfermeira?

Igor: Sim.

Pesquisadora: Você já veio aqui nessa sala alguma outra vez?

Igor: Sim.

Pesquisadora: Quando foi que você veio pra essa sala?

Igor: Quando foi pra tomar vacina, porque eu tive catapora e estava doendo.

Pesquisadora: Aqui dentro [aponte para o desenho] você está só ou com alguém?

Igor: Com alguém. Com a enfermaria⁹. (Igor, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar).

Igor, de modo semelhante a Luiz, também elege a enfermaria como o local de preferência dentro da Casa de Proteção. Três participantes elegeram o pátio como o local que mais gostam e um deles elegeu uma sala que é utilizada para assistir desenhos animados e para brincar como ambiente de preferência. Quando Igor olha para o desenho que ele elaborou e diz que não está

⁹ Neste momento, ele se referiu à enfermeira como “enfermaria”.

só na enfermaria, inserindo a profissional que cuidou dele no desenho, podemos pensar que para cuidar é preciso estar com quem pretende ofertar cuidado.

Neste sentido acolher, escutar e cuidar demandam tempo com o outro, neste caso crianças, e sensibilidade para atender a demanda de cuidado que está para além da catapora como na situação que Igor descreveu. Partimos de uma compreensão de sentido (Spink, 2010) em que este é construído na vida cotidiana, no contato com todos que fazem parte do contexto em que as crianças estão inseridas. Assim, tudo que é ofertado às crianças acolhidas na Casa de Proteção, desde o momento da chegada, produz sentido na experiência de vida destas crianças.

5.3 “O Lugar de Vida”

Neste tópico, apresentaremos alguns elementos para que possamos discutir o que seria cuidado enquanto acolhimento na perspectiva dos meninos acolhidos na Casa de Proteção. Gostaríamos de assumir que nos surpreendemos com a diversidade dos dados coletados e, como consequência, com os resultados que estamos apresentando. Acreditamos que alcançamos o nosso objetivo de compreender os sentidos sobre o cuidado produzidos por crianças em um serviço de acolhimento.

Faremos o recorte de um dos mapas dialógicos, em que um dos participantes, ao descrever o primeiro desenho que elaborou (como é a Casa de Proteção?) caracterizou a instituição como “o lugar de vida”. E como lugar de vida, o lugar de produção de sentido sobre tudo que é vivenciado no cotidiano institucional. A partir disso podemos no questionar sobre a maneira como as crianças que vivenciam a realidade de acolhimento compreendem a realidade em que estão inseridas.

Pesquisadora: A Casa de Proteção é grande, pequena... Como é?

Ricardo: É grande. É boa.

Pesquisadora: O que a Casa de Proteção significa para você?

Ricardo: Um pouco de vida...

Pesquisadora: Por que significa vida?

Ricardo: Porque aqui eu aprendo a ler e aprendo qualquer coisa.

Pesquisadora: Você prefere vir pra cá [apontei para o desenho] ou ficar em casa?

(desenho 1 – Como é a Casa de Proteção?– ANEXO I)

Ricardo: Oxe, vir pra aqui!

Pesquisadora: Vir pra cá ou ficar na rua?

Ricardo: Ficar aqui. Porque aqui eu ganho Bolsa Família e ajudo a minha avó.

Pesquisadora: E você sentiu alguma coisa quando estava fazendo esse desenho da

Casa de Proteção?

Ricardo: Esperança.

Pesquisadora: Por que você sentiu esperança?

Ricardo: Porque é o que eu coloquei no meu desenho e eu gosto de sentir esperança.

(Ricardo, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar).

Sobre o modo que fizemos a análise do mapa dialógico de Ricardo, gostaríamos de destacar o sentido de vida como aprendizado. Aprender pode significar conhecer, entender e perceber. Assim, Ricardo, a partir da sua compreensão, também compreende a vida como uma possibilidade de conhecer e entender a realidade em que está inserido. Isso fala sobre um lugar de autonomia e protagonismo, o que implica em uma posição não passiva diante da experiência.

Ricardo também atribui à permanência na instituição, a possibilidade de ter outros benefícios, quando menciona a garantia da Bolsa Família, como algo que pudesse ofertar o atendimento de necessidades durante o período que está fora da Casa de Proteção e com a família. O que mostra sua preocupação de cuidado com a avó, que é uma referência familiar e

afetiva para ele. Isso também fala sobre o sentido do cuidado, o que revela a diversidade de sentidos que podem ser atribuídos a este enquanto experiência.

Sobre o sentimento de esperança, podemos compreendê-lo como uma possibilidade de Ricardo ressignificar a própria vida e construir projetos de vida, o que ainda pode revelar uma compreensão de transitoriedade sobre a própria realidade, como se entendesse a condição de acolhimento na Casa de Proteção como algo transitório. Esperança pode significar perseverança e a possibilidade de realizar algo desejado. Quando questionado sobre o motivo de ter sentido esperança, Ricardo responde que “é o que eu coloquei no meu desenho e eu gosto de sentir esperança”, como uma maneira de realizar, no desenho sobre a Casa de Proteção, algo desejado.

A Casa de Proteção como “o lugar de vida” pode significar, para os participantes, a possibilidade de vivenciar o cuidado de que necessitam e que, por diversos motivos, não pôde ser ofertado por familiares e, ainda, atribuir novos sentidos às experiências de desamparo e sofrimento. Na compreensão da vida e da esperança, também podem estar atrelados os sentidos de proteção e atenção, quando vivenciam o cuidado que não pode ser suprido no ambiente familiar.

Por fim, destacamos a importância dos serviços de acolhimento assumirem o lugar de produção de sentidos que possibilitam que crianças em condição de acolhimento possam viver, especialmente se considerarmos que algumas histórias de vida são marcadas por experiências de sobrevivência em condições que ferem a dignidade humana, como a exposição a violências e vulnerabilidades diversas.

É a experiência de viver e não de sobreviver, quando acolhidos em um serviço de acolhimento, que tornará possível que crianças em condição de acolhimento institucional almejem um futuro e não repitam histórias de sofrimento. Deste modo, ressaltamos a nossa compreensão sobre essas instituições como serviços que devem atuar em prol da vida, para além da garantia do cuidado e direitos humanos fundamentais.

5.4 A fuga

Encerraremos este capítulo com este último tópico, em que apresentaremos uma discussão sobre a saída de crianças acolhidas na instituição, sem autorização de educadores e equipe técnica, caracterizada pelos participantes e por todos que fazem parte da Casa de Proteção como “fuga”.

Durante o período de seis meses em que a pesquisadora esteve inserida na Casa de Proteção acompanhou a fuga de um dos participantes por quatro vezes. Também compreendemos o ato de fugir como um elemento que corrobora o entendimento sobre a Casa de Proteção como “o lugar que é bom e que é ruim”, quando sentimentos ambíguos são atribuídos à experiência de acolhimento e institucionalização.

Gostaríamos de ressaltar que não estamos nos referindo a acolhimento e institucionalização como sinônimos. Entendemos a experiência de institucionalização como o fato de uma pessoa estar inserida em uma instituição e em tudo que faz parte do universo e do cotidiano desta. Entendemos acolhimento como um ato de estar com alguém, de aceitá-lo em sua singularidade e tudo que faz parte de sua história de vida.

Neste sentido, a experiência de institucionalização não implica necessariamente acolhimento. Essa diferenciação é importante para que possamos compreender a dimensão do ato de acolher uma criança e o quanto este acolhimento produz sentidos diversos, considerando o modo que cada criança se apropria da própria experiência de institucionalização e cuidado no serviço de acolhimento. Neste tópico, discutiremos a fuga como um fenômeno, em que os sentidos são socialmente construídos, tomando como recorte a fuga de Lucas.

Durante o período de inserção na Casa de Proteção foram realizadas visitas semanais. Por vezes a pesquisadora ao chegar à instituição foi recebida com a notícia de que Lucas havia fugido e por duas vezes na companhia de outro menino acolhido. Os dois meninos pularam um muro lateral da instituição que dava acesso ao bairro onde ela está localizada.

Sempre que Lucas retornava à Casa de Proteção, a pesquisadora tinha contato com o menino, após autorização de uma profissional da equipe técnica e do próprio Lucas que compartilhava com a pesquisadora os motivos que o levaram a fugir. Estes motivos, primeiramente, estão relacionados ao modo como Lucas vivencia o cotidiano na Casa de Proteção, em que sentimentos ambíguos são atribuídos a essa experiência.

Para Lucas, por vezes, a permanência na instituição representa bem-estar, proteção, acesso à alimentação, oportunidade de brincar com outras crianças e de se relacionar de modo afetivo com o grupo de iguais e com mães sociais e educadores que Lucas elegeu como referência de proteção, “cuidado e carinho”.

Quando questionado sobre quem seria a mãe social, Lucas respondeu que “a mãe são essas mulheres que ficam aqui cuidando da gente todo dia, que fazem a nossa comida, fazem carinho e brigam com a gente quando a gente briga entre nós ou faz coisa que não é pra fazer”. Essa afirmação traz uma compreensão sobre esta profissional a partir da relação que foi construída com ela e também sobre um sentido que é afetivo, pois, cuidar não é uma prática mecânica. Cuidado é um ato carregado de sentidos.

Em todas as quatro fugas de Lucas que a pesquisadora vivenciou, pôde perceber a implicação de profissionais da Casa de Proteção em localizar o menino, especialmente as mães sociais e educadores que se responsabilizavam pelo cuidado dele. Isso também explicita o sentido de cuidado como relação (estar com alguém), o que ultrapassa a obrigatoriedade de localizar Lucas como algo que apenas faz da atuação profissional destes educadores.

Todas as quatro vezes que o participante retornou à Casa de Proteção, isto ocorreu após ter sido encontrado na rua por uma mãe social e um educador. Tanto Lucas quanto estes profissionais identificaram os mesmos locais como locais “para onde fugir”. Na conversa com Lucas ele afirmou que “eu sabia que a mãe ou Paulo (educador social) ia me achar. Eles sempre me acham”.

Um fato curioso é que Lucas sempre foge para os mesmos locais, orlas fluviais, mercado turístico, shopping, espaços onde se localizam restaurantes e que outras crianças em situação de rua compartilham, como uma ilha fluvial. “Às vezes eu vou para ilha e fico lá de tarde tomando banho de rio com outros meninos que não estão aqui na Casa de Proteção. É bom. A gente brinca e a água do rio é boa”. (Lucas, 11 anos, acolhido na modalidade abrigo).

Deste modo, podemos considerar que Lucas também compreende a necessidade de sair (fugir) da Casa de Proteção como uma possibilidade de vivenciar outros espaços e de estar com outras crianças. Este participante tem uma experiência de vida em que a rua também foi um cenário e, deste modo, sentidos foram atribuídos por Lucas à rua. Segundo educadores da instituição, outras crianças acolhidas na Casa de Proteção também fugiam e eram encontradas nos mesmos locais mencionados.

A equipe técnica, mães sociais e educadores entendem a rua como lugar de exploração, de violência, de ameaça e como espaço não adequado para crianças, pois a rua também é entendida como o lugar de abandono e desamparo. As políticas de proteção à infância também produzem sentidos sobre a experiência de rua, ao considerar que é na rua que crianças e adolescentes podem ser expostos a condições de exploração e violência.

art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2012).

Não assumiremos o posicionamento de defesa do espaço da rua como ambiente propício e favorável para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Historicamente, a rua é o lugar que representa o abandono, a pobreza e a marginalização das pessoas que vivem em situação de rua e também entendemos que esta condição é fruto de fatores sociais e da desigualdade social, por meio da não legitimação de direitos fundamentais. Contudo, o fato é que, tomando Lucas

como exemplo, sentidos diversos são construídos por crianças que vivenciaram a situação de rua e estas precisam ser escutadas.

É fundamental que os serviços de acolhimento considerem os sentidos atribuídos à experiência de rua pelas pessoas que a vivenciam, crianças e adolescentes acolhidos. Neste sentido, a atuação do(a) Psicólogo(a) em serviços de acolhimento é fundamental para que os diversos sentidos sejam compreendidos, elaborados e novos sentidos possam emergir a partir do que é vivido e do modo como as crianças se apropriam do que sentem, desejam e querem como projeto de vida.

Também podemos considerar que, semelhante ao modo como os participantes atribuem sentido à permanência na Casa de proteção, também atribuem sentido à experiência de rua, que além de ser um lugar que representa perigo também é o lugar para tomar banho de rio e de brincar com outras crianças. A fuga pode representar uma necessidade de vivenciar outros momentos que não são ofertados pela Casa de Proteção, como o desejo de alguns participantes de ir ao shopping, ao cinema e outros espaços de lazer, o que pode ser entendido como necessidade da liberdade que deveria ser garantida a toda criança e adolescente.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2012).

A rua também pode representar uma memória afetiva e, conseqüentemente, ser atribuído à rua sentidos de natureza afetiva, especialmente se considerarmos que os participantes vivenciaram esta condição com irmãos, primos e outros familiares que são uma referência afetiva, tomando como exemplo a história de Roberto (09 anos, acolhido na modalidade abrigo) que fugiu para rua com duas irmãs após vivenciar situações de maus-tratos.

Apresentaremos a seguir um trecho retirado do mapa dialógico de Lucas, quando na entrevista e diante do desenho que elaborou, é convidado a descrever a Casa de Proteção.

Curiosamente, Lucas não apenas desenhou e descreve a instituição, como também o que está ao redor, a rua e o que estaria acontecendo fora da Casa de Proteção, o que consideramos como um dado bastante significativo, já que a compreensão sobre a instituição surge paralela à compreensão da rua. Corroborando os resultados que já apresentamos no decorrer deste capítulo, Lucas também atribui como sentido do cuidado a experiência com o lúdico e o acesso às refeições diárias.

Pesquisadora: Isso é a Casa de Proteção?

Lucas: É. Aqui é a Casa de Proteção. E aqui [apontou para o desenho 01 – Como é a casa de Proteção ? – ANEXO J] é lá onde nós estuda. Lá em cima. E aqui é o meio da rua. Aqui é van da Casa de Proteção. E, aqui é o carro... Aqui é a casa do policial e aqui é um homem roubando dinheiro. E aqui é o policial. E outro homem que tá deitado na rede que tem na árvore.

Pesquisadora: Por que foi que você também desenhou a rua?

Lucas: Porque faz parte. Porque é por onde a pessoa vai e chega aqui.

Pesquisadora: A rua faz parte de que?

Lucas: Faz parte de ser perto da Casa de Proteção que é onde a gente fica.

Pesquisadora: Então, entre a Casa de Proteção tem a rua?

Lucas: É.

Pesquisadora: A Casa de Proteção é diferente de outras casas?

Lucas: É. Aqui dentro a pessoa toma café, lancha, aí janta, almoço, lancha... Não, pera. Café, lanche, almoço, janta, lanche e lanche de novo e depois dorme.

Pesquisadora: Isso é uma coisa boa?

Lucas: É.

Pesquisadora: Além do café e do lanche tem mais o que aqui?

Lucas: Tem um bocado de coisa. Tem a quadra pra pessoa jogar. Nas casas dos outros não tem quadra, mas tem o meio da rua e no meio da rua também dá pra jogar. (Lucas, 11 anos, acolhido na modalidade abrigo).

Finalizaremos este capítulo ressaltando o entendimento que os participantes têm sobre si próprios. Os seis meninos acolhidos se percebem como pessoa na condição de criança, em que esse sentido é construído no cotidiano que é vivenciado entre os iguais, nos momentos de brincadeira e no modo que se reconhecem na experiência de cuidado na Casa de Proteção. Ser criança, para os participantes, é ser uma pessoa pequena, que necessita de cuidado de um adulto, mas que também sabe cuidar de si próprio e do outro, é poder brincar, sentir felicidade e esperança.

Por fim acreditamos que alcançamos o nosso objetivo de falar sobre a experiência de cuidado na infância a partir da compreensão de crianças, ainda considerando que estas estão inseridas em um serviço de acolhimento, o que por vezes, lhes atribui um lugar de invisibilidade social. O modo como o adulto se relaciona com a criança ainda é influenciado por concepções históricas que a colocam no lugar de invisibilidade, como alguém que não conseguiria ter opiniões, desejos e produzir sentidos para as experiências que vive e sobre a própria história de vida.

A experiência da infância que é marcada pela pobreza, maus-tratos, exploração, negligências e abandono, lamentavelmente ocupa um lugar ainda maior de invisibilidade social, para além da condição de ser criança. Neste sentido, ressaltamos a nossa compreensão sobre os serviços de acolhimento como instituições de cuidado e proteção que precisam romper com modelos asilares de funcionamento para que, de fato, possibilite que crianças acolhidas ressignifiquem suas histórias de sofrimento, projetos de vida e futuro possam ser construídos.

6. Conclusão

Como apresentado na introdução desta dissertação, ressaltamos que a Psicologia e alguns de seus autores compreendem a infância como uma fase singular na vida do ser humano. Neste sentido tudo que é vivenciado nos primeiros anos de vida insere uma marca na história de vida de uma pessoa e também pode influenciar no modo que esta se percebe no mundo no decorrer de seu desenvolvimento.

Nenhuma criança deveria ser exposta a condições de violência e vulnerabilidades, mas, por vezes, é na infância que ocorrem episódios de maus tratos e violência psicológica. As instituições de acolhimento, nas suas várias modalidades, surgem na tentativa de propiciar proteção, cuidados e outros direitos negligenciados. Além disso, acreditamos que estas instituições devem possibilitar às crianças acolhidas modos de ressignificar suas histórias de desamparo e sofrimento.

Deste modo tudo que é vivenciado por crianças em condições de acolhimento institucional é tão importante quanto o que foi compartilhado no ambiente familiar e comunitário (a escola, o bairro em que residiu e outros contextos sociais). Principalmente quando episódios de violência marcam uma história de vida e acarretam acolhimento em abrigos e casas lares, separação entre irmãos e de outros familiares, inserção em novo contexto de vida.

Acolhimento pode significar cuidado, escuta, proteção e também uma postura ética diante da história de vida de alguém e sua condição de fragilidade e vulnerabilidade, especialmente se considerarmos o que é preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Neste sentido acolher ultrapassa o entendimento sobre o atendimento de necessidades básicas à sobrevivência. Acolher

também implica em escutar, receber e cuidar de elementos da história de vida de alguém que na infância experienciou condições de sofrimento, angústia e vulnerabilidades.

A instituição em que a pesquisa foi realizada acolhe meninos na modalidade casa lar e abrigo. A etnografia possibilitou não apenas uma aproximação da pesquisadora com o grupo de crianças acolhidas, mas também, a inserção na rotina da instituição e a participação em atividades desenvolvidas que fazem parte do cotidiano. O intuito sempre foi compreender a experiência de cuidado a partir do que é vivenciado na instituição, na perspectiva das crianças acolhidas e os diversos sentidos produzidos. É importante destacar que “(...) compreendemos por “sentido” uma construção social no plano da interação, na qual as pessoas se situam para compreender e se posicionar no mundo. É um conceito que leva em consideração as dinâmicas históricas e as produções culturais.” (Teixeira & Villachan-Lyra, 2015, p. 202)

Ressaltamos a importância do entendimento sobre os serviços de acolhimento enquanto ambiente propício para a produção de sentidos diversos, o que significa que os responsáveis por estes serviços devem compreender o cuidado para além da garantia de necessidades básicas, pois, como apresentado no decorrer dos capítulos 4 e 5, as práticas de cuidado ofertadas nas instituições inserem uma marca na história de vida de crianças acolhidas e estas produzem sentidos diversos para o cuidado e a permanência na instituição. “A compreensão dos sentidos é sempre um confronto de vários sentidos construídos, não uma produção isolada.” (Teixeira & Villachan-Lyra, 2015, p. 202 - 203). É necessário compreender o cuidado em uma dimensão ampla e não como uma prática repetitiva e mecanizada, pois, a oferta do cuidado pode produzir sentidos únicos e plurais.

Encontramos sentidos diversos para o cuidado que foram produzidos a partir da compreensão de meninos em um serviço de acolhimento. Tais sentidos estão

relacionados à importância da experiência com o lúdico, o fortalecimento de relações afetivas entre as crianças (o que também implica em uma experiência de cuidado com si próprio e com o outro) e a alimentação como uma necessidade básica. Por fim, cuidado enquanto uma demanda por acolhimento, o que mostra a importância da escuta as diversas histórias de vida dos participantes, para que possam ressignificar experiências de sofrimento e construir projetos de vida, como é percebido nos mapas dialógicos dos meninos que elegeram a enfermaria como o local preferido.

No decorrer da apresentação dos resultados percebe-se o lugar que os participantes atribuem às mães e educadores sociais como referências de cuidado e proteção, tanto no cotidiano da Casa de Proteção, quanto no retorno após situações de fuga. Destacamos a importância do fortalecimento destas relações de cuidado e também afetivas, pois, diante das histórias de vulnerabilidade e que acarretaram a condição de acolhimento institucional, as referências de cuidado na Casa de Proteção podem influenciar a maneira que as crianças vivenciam a experiência de afeto, ressignificando as experiências de violência e desamparo, por meio das relações com as mães e educadores.

Gostaríamos de destacar ainda a importância dos serviços fortalecerem o diálogo com familiares e outros responsáveis por crianças em condição de acolhimento institucional, pois, os motivos que acarretam o acolhimento são diversos e, por vezes, estão relacionados às vulnerabilidades sociais a que as famílias estão expostas, como situações de pobreza extrema, moradias precárias, dificuldade de acesso à alimentação, desemprego e outros fatores que necessariamente não envolvem experiências de maus tratos e violência psicológica para com as crianças. Neste sentido, a atuação do profissional de Psicologia é de grande relevância na manutenção do diálogo entre a equipe técnica e a família e na mediação de possíveis conflitos.

Nesta dissertação, apresentamos com evidência o modo que as crianças acolhidas se colocam como protagonistas de suas vidas e a maneira que sofrem diante de situações vivenciadas, por exemplo, as histórias de rupturas com os laços familiares entre irmãos. Deste modo, a atuação do(a) Psicólogo(a) deve ir além da emissão de laudos e outros documentos técnicos que também faz parte da atuação deste profissional em serviços de acolhimento. Mas esta atuação não deve se restringir a uma função burocrática. O cuidado com crianças acolhidas no serviço deve ser a prioridade.

Assim é relevante ressaltar que a condição de pobreza das famílias não deve ser o único critério para o acolhimento institucional, especialmente se houver relações de cuidado e de amor entre os pais/responsáveis e as crianças e não existirem experiências de violência física, exploração do trabalho infantil, abandono, exposição a substâncias psicoativas e outras condições de exposição à violência. Isso demonstra a importância da inserção dessas famílias em programas sociais que possam assegurar direitos essenciais como a Bolsa Família e ainda a inserção da criança em acolhimento de caráter provisório em casas lares, para que as necessidades emergenciais da criança possam ser sanadas e a equipe técnicas dessas casas possam auxiliar as famílias na inserção em programas e na garantia de direitos.

O trabalho das equipes dos serviços de acolhimento no que diz respeito a fortalecer o diálogo com as famílias também envolve a construção do trabalho em rede, especialmente com os Conselhos Tutelares e a Vara de Proteção da Infância, o que também fortalece a Rede de Proteção à Criança. O diálogo com a família só deve ser entendido como algo esgotado quando esgotadas todas as possibilidades de articulação com esta e quando há determinações judiciais que entendem o afastamento da criança e a família como uma medida emergencial de proteção.

Também entendemos a escola como um contexto que faz parte da rede de proteção da criança. No caso dos meninos acolhidos na Casa de Proteção, estes frequentam um anexo de uma escola, que corresponde a 05 salas de aula, que funciona dentro do serviço de acolhimento e restrito para as crianças acolhidas. Ou seja, os participantes não se relacionam com crianças não acolhidas (que vivenciam outras realidades) nem com crianças do gênero feminino, o que entendemos como um fator de limitação à experiência dos acolhidos, pois, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) quanto as Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009) destacam a importância da convivência comunitária como um direito assegurado.

Além do fato de que a inserção em escola restrita a crianças de serviços de acolhimento pode produzir estigmas, preconceitos e reforçar a experiência de exclusão e invisibilidade social. Deste modo, pode se caracterizar como uma violência para estas crianças acolhidas. A convivência comunitária com crianças que não vivenciam o acolhimento institucional pode ampliar a rede social da criança e possibilitar a emergência de novas relações afetivas e de cuidado, o que ainda pode influenciar nos sentidos atribuídos à experiência de desamparo e sofrimento.

Assim, ressaltamos a importância da inserção das crianças acolhidas em escolas localizadas na comunidade e fora do serviço de acolhimento, especialmente se considerarmos as entrevistas que mostram o desejo dos meninos acolhidos em participar de atividades e momentos de lazer que não são ofertados na Casa de Proteção, principalmente os acolhidos que estão inseridos no abrigo e não convivem com outros contextos sociais para além deste.

Uma sugestão de novos estudos diz respeito à relevância da Casa de Proteção trabalhar a formação dos profissionais, para que estes possam lidar com questões

relacionadas a gênero e sexualidade, o que foi percebido durante a coleta de dados como uma dificuldade para eles e que pode ser um indício do que inviabiliza o acolhimento de irmãos de sexos diferentes nesta instituição. Ou seja, quando há irmãos de sexos distintos e que demandam acolhimento institucional estes são separados em instituições a partir do acolhimento por gênero, o que consideramos como uma experiência de violência para estas crianças e seus irmãos, pois, são impossibilitados de conviver. Esta situação encontrada poderia ser tema de novas pesquisas e sugerimos a relevância de produções que envolvam esta temática no intuito final de fortalecer as práticas de cuidado ofertadas por serviços de acolhimento.

Sugerimos outras pesquisas na perspectiva da compreensão da criança em serviços de acolhimento sobre os sentidos produzidos acerca do Conselho Tutelar e da Vara da Infância e Juventude, enquanto instituições que trabalham com políticas públicas que pretendem garantir a proteção de crianças e adolescentes e que devem perceber estes como sujeitos de direito. Também sugerimos pesquisas sobre os impactos do apadrinhamento afetivo nas histórias de vida de crianças e a partir da compreensão que estas possuem sobre o apadrinhamento. Todas estas temáticas foram percebidas como altamente relevantes, durante o trabalho de campo, mas infelizmente não foi possível aprofundá-las nos limites desta pesquisa.

Por fim gostaríamos de destacar a importância da Psicologia Social na discussão sobre a oferta de cuidado em serviços de acolhimento, no fortalecimento da compreensão sobre a garantia dos direitos humanos e ao propor estratégias e intervenções que possam promover o diálogo constante entre os atores que fazem parte das instituições e a problematização do que é ofertado nas práticas cotidianas, no intuito final de ofertar o cuidado que considere as opiniões e desejos dos acolhidos.

Compreendemos a atuação do(a) Psicóloga(a), a partir de uma prática que dialogue com os demais profissionais da equipe técnica dos serviços de acolhimento, como um profissional que considere as crianças acolhidas como “(...) atores sociais significativos e interlocutores potenciais das realidades sociais a que pertencem.” (Silva, Denardi, Becker, Delvan, 2015, p. 57). Neste sentido, ainda sobre a atuação do(a) Psicólogo(a), também precisamos ressaltar a relevância da oferta da escuta, atenção e outras práticas de cuidado para que crianças em condição de acolhimento possam elaborar suas histórias de sofrimento, ressignificar as experiências de desamparo e construir projetos de vida e futuro.

Referências

- Angrosino, M. *Etnografia e Observação Participante*. (2009). Porto Alegre: Artmed.
- Borrione, R., & Chaves, A. M. (2004). *Análise Documental e Contexto de Desenvolvimento: Estatutos de uma Instituição de Proteção à Infância de Salvador, Bahia*. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 21, n. 2, 17-27, Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2004000200002&lng=pt&nrm=iso.
- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (1990). Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (2012), Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. Recuperado de: <http://www.direitoshumanos.gov.br>.
- Conanda (Org.) *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*.(2009). Brasília. Recuperado de http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/documentos/orienta%C3%A7%C3%B5es_acolhimento_consulta_publica.pdf.
- Corsaro, W. A. (2011). *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed.
- Guimarães, B. (2011). *Breve Cartografia dos Acolhimentos em Pernambuco: instituições, cuidados e direitos*. In: GUIMARÃES, Beatriz (Org.). *Acolhimento em Pernambuco: a situação de crianças e adolescentes sob medida protetiva*. Recife: Instituto Brasileiro Pró-Cidadania.
- Hillesheim, B., & Cruz, L. R. (2010). *Literatura Infantil como tecnologia de governo na infância*. In Souza, S. J.; & Moraes, M. *Tecnologias e modos de ser no contemporâneo*. (pp. 07-260). Rio de Janeiro: Editora PUC – RIO.

- Lira, M. O. S. C. (2013). *Negligência Intrafamiliar Infantojuvenil: analisando o contexto em que ocorre*. In SOUSA, G.M. C., ABREU, E. F. (Org). Olhares diversos: Encontros possíveis. Curitiba: Editora CRV.
- Lyra, J., & Leão, L. S. (2010) *Homens e cuidado: uma outra família?* In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale. Família: redes, laços e políticas públicas. (pp. 11-316). PUC – SP: Cortez Editora.
- Mendonça, M. H. M. (2002). *O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas*. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 113-120. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13798.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2007). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2016). *Teoria Social: Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Natividade, M. R., Coutinho, M. C., & Zanela, A. V. (2008). *Desenho na perspectiva com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural*. Contextos Clínicos, Rio de Janeiro, p. 10-18. Recuperado de <http://www.scielo.br>
- Oaklander, V. (1980). *Descobrendo crianças: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes*. São Paulo: Summus.
- Rosa, E. M., & Tassaró, E. T. O. (2007) *A produção das Infâncias e Adolescências pelo Direito*. In Jacó-Vilela, A. M.; & Sato, L. Diálogos em Psicologia Social. (pp. 17-422). Porto Alegre: ABRAPSO SUL.
- Sawaia, B. B. (2010). *Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades*. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale. Família: redes, laços e políticas públicas. (pp. 11-316). PUC – SP: Cortez Editora.

- Silva, C. D. L., Denardi, R. C., Becker, A. P. S., & Delvan, J. S. (2015). *A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, p. 56 – 65. Recuperado de <http://www.scielo.br>
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). *O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: Uma revisão de literatura*. *Psicologia & Sociedade*, v.18, p. 71-80. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010.
- Souza, F. H. O., Brito, L. M. T. (2015). *Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju*. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 41-57.
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentido no cotidiano*. (pp.01-72). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J., Brigadão, J., Nascimento, V., & Cordeiro, M. (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Szymansky, H. (2010). *Ser criança: um momento do ser humano*. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale. *Família: redes, laços e políticas públicas*. (pp. 11-316). PUC – São Paulo: Cortez Editora.
- Tavares, M. (2000). *A entrevista clínica*. In CUNHA, Jurema Alcides. *Psicodiagnóstico – V. 5º Ed.* Porto Alegre: Artmed.
- Teixeira, P. A. S., & Villachan-Lyra, P. (2015). *Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares*. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, p. 199-210. Recuperado de <http://www.scielo.br>
- Víctora, C. G. et al. (2000). *Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma introdução ao tema*.

Porto Alegre: Tomo Editorial.

Vigotski, L.S. (2014). *Imaginação e criatividade na infância*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). *Um Olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo*. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee), v. 12, p. 441- 449.

<http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a15.pdf>.

Vitale, M. A. F. (2010). *Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea*. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale. *Família: redes, laços e políticas públicas*. (pp. 11-316). PUC – SP: Cortez Editora.

APÊNDICE A

Roteiro da entrevista semiestruturada*Desenho*

Tema 01 (Como é a Casa de Proteção?):

Como é esta casa?

O que este local significa para você?

O que você pensou quando desenhou este local?

O que esta casa te faz pensar?

Esta casa é diferente de outras casas?

Tema 02 (Qual é o lugar que você mais gosta aqui dentro?):

Como você se sente quando está na Casa de Proteção?

O que faz com que você se sinta desta maneira?

Sentir isso é algo bom ou ruim?

Você se sente desta mesma maneira quando está em outros lugares?

Que nome você daria para este sentimento?

Tema 03 (Como você se sente quando está na Casa de Proteção?):

Quem é você na Casa de Proteção?

Por que você se vê desta maneira?

O que acontece quando você está na casa que faz com que você se veja desta maneira?

Você gostaria de se vê de outra maneira?

Você se vê desta maneira em outros lugares?

APÊNDICE B

Mapa Dialógico 01**Participante:** Luiz, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar.

Tema: Descrição da instituição	
Perguntas	Respostas
Essa casa (aponte para o desenho) é a Casa de Proteção? Como é essa casa? (desenho 1- Como é a Casa de Proteção)	Silêncio.
É uma casa grande, pequena... Como é?	É uma casa grande.
Boa ou ruim...?	Boa.
Essa casa (aponte para o desenho) é igual a outras casas ou diferente? (desenho 1)	É diferente.
Essa casa (aponte para o desenho), que é a Casa de Proteção, significa alguma coisa para você? (desenho 1)	Sim. Que ela é boa.
Porque ela é boa?	Porque aqui nois brinca, lancha, estuda...
Tema: Sentimento atribuído à permanência na instituição	
Você prefere ficar aqui na Casa de Proteção ou em casa?	Nos dois.
Na Casa de Proteção ou na rua?	Na Casa de Proteção.
Quem são esses professores que você fica aqui?	João, Paulo...
Alguém mais? E as mães...?	Ivan, ele fica só de noite. Clara, essa mãe ai... Esqueci o nome dela.
Tema: O lúdico	
Como você se sente quando está aqui?	Feliz.
O que acontece aqui que faz você se sentir feliz?	Aqui eu brinco...

Brinca de que?	Brinco de correr, lá na quadra e com os meninos.
Tema: Sentir-se cuidado	
Você lembra o que eu pedi pra desenhar nesse aqui? Foi o que?	Pra desenhar o lugar que eu gostava mais.
E que lugar é esse?	É o lugar que fica a enfermeira.
Por que você desenhou esse lugar?	Porque eu gosto de lá... Porque ela cura a gente.
E o que é curar?	É... Quando a pessoa tá doente ela deixa a pessoa boa.
Ela quem?	A enfermeira. Ela também dá remédio pra pessoa sarar, quando tá doente.
Você quer contar como foi que você ficou doente?	Teve um dia que estava com uma ferida aqui (apontou para o queixo) aí ela pegou e me levou no médico. O médico disse que tinha que pegar um algodão, passar pomada, e passar em mim todo dia. Aí por isso sarou.
O que é sarar?	Sarar é deixar a pessoa curada.
O que é uma pessoa curada?	É uma pessoa que tá boa.
E quando a pessoa está curada ela está como?	Feliz.
Hoje você acha que está curado?	Silêncio. Sim.
Esse lugar da enfermaria é um lugar de cuidado?	É.
E o que é cuidado?	Cuidado é quando a pessoa tá ficando doente e vem alguém que tem que cuidar da pessoa pra ficar bem.
O que mais é cuidado?	Alguém cuidar da gente pra ficar bom e feliz é cuidado.
Tema: Grupo de iguais	

Esse lugar que você está aqui no desenho é o que?	A Casa de Proteção.
Aqui você está com alguém ou sozinho?	Com Roberto, com Leandro, Ricardo...
Você prefere ficar aqui sozinho ou com os meninos?	Com os meninos.
E se tivesse sozinho seria diferente?	Sim. Ia ser ruim.
Tema: Autoimagem/ respostas afetivas	
E como é que você está aqui (aponte para o desenho)? (desenho 3 – como se sente quando está na Casa de Proteção)	Feliz.
Isso no teu desenho é o que?	São corações.
O que significa esses corações?	Que eu tô feliz.
Tá feliz é uma coisa boa ou ruim?	É uma coisa boa.

Mapa Dialógico 02**Participante:** Ricardo, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar.

Tema: Descrição da instituição	
Perguntas	Respostas
A Casa de Proteção é grande, pequena... Como é?	É grande. É boa.
O que a Casa de Proteção significa para você?	Um pouco de vida...
Por que significa vida?	Porque aqui eu aprendo a ler e aprendo qualquer coisa.
Você prefere vir pra cá (aponte para o desenho) ou ficar em casa? (desenho 1)	Ouxe, vir pra aqui!
Vir pra cá ou ficar na rua?	Ficar aqui. Porque aqui eu ganho Bolsa Família e ajudo a minha avó.
Tema: Sentimento atribuído à permanência na instituição	
E você sentiu alguma coisa quando estava fazendo esse desenho da Casa de Proteção?	Esperança.
Por que você sentiu esperança?	Porque é o que eu coloquei no meu desenho e eu gosto de sentir esperança.
Esse menino do desenho tá feliz?	Tá.
Onde ele está (aponte para o desenho)? (desenho 3)	Na quadra.
Fazendo o que?	Brincando de bola.
Sozinho ou com alguém?	Com todo mundo daqui.
Tema: O lúdico	
Que lugar é esse (aponte para o desenho)? (desenho 2 – o lugar que mais gosta na Casa de Proteção)	É a quadra. Eu e os meninos fica jogando bola. Aqui tem um corredor que só criança passa e tem uma sala pra quando a gente se machucar.

E nesse corredor só criança passa? É isso?	E adulto também, porque o educador quando ver os meninos brigando ele vem e separa. É a parte que eu mais gosto.
Por que esse é o lugar que você mais gosta (aponte para o desenho)? (desenho 2)	Porque eu posso brincar com meus colegas e todo mundo só brinca aí.
Brincar é uma coisa boa?	É. Sim, mas, tem que brincar sem machucar ninguém.
Aqui na Casa de Proteção é um lugar pra gente brincar?	É. E é um lugar de estudar também. Eu venho pra estudar também.
Quando é que você se ver aqui na quadra (aponte para o desenho)? (desenho 2)	Amanhã e amanhã. Amanhã e depois de amanhã, até o sol ficar vermelho e eu ficar de férias.
Tema: Sentir-se cuidado	
Você mora com sua avó?	Humrrum.
E tua mãe?	Minha mãe não mora lá não.
Tem alguma coisa mais desse desenho da Casa de Proteção que você queira contar para mim?	Sim. Quando eu coisinha estava brincando a enfermeira veio e colocou um negócio em mim. Bem aqui no pescoço. E foi grave, quase morro.
E por que você colocou as plantas (aponte para o desenho)? (desenho 1)	Porque tem que tá. Se não o desenho não fica completo.
Tem mais alguma coisa que você queira falar desse desenho da Casa de Proteção?	Só que eu gosto!
Tema: Grupo de iguais	
O que acontece aqui (aponte para o desenho) que faz você se sentir feliz? (desenho 3 – maneira que sente na Casa de Proteção)	Porque aqui eu estou brincando com os meus colegas de correr.
Você se sente alegre aqui por que tem os meninos?	É.

E se não tivesse os meninos aqui seria bom?	Não.
Você tem amigos aqui na Casa de Proteção?	Tenho. Vários.
Ter amigo é uma coisa boa?	É. A gente brinca... Eles me chamam pra brincar e um bocado de coisa.
Fazendo o que? Sozinho ou com alguém?	Brincando de bola. Com todo mundo daqui.
Tema: Autoimagem/ respostas afetivas	
Você lembra o que eu pedi pra você desenhar neste aqui (aponte para o desenho)? (desenho 3)	Eu.
E aqui (aponte para o desenho) você está feliz ou triste? (desenho 3)	Feliz.
Se sentir feliz é uma coisa boa ou ruim?	É uma coisa boa. Porque a gente se sente alegre e brinca.
Você se sente alegre em outros lugares?	Só na Casa de Proteção.
O que acontece aqui (aponte para o desenho) que faz você se sentir feliz? (desenho 3)	Porque aqui eu estou brincando com os meus colegas de correr.

Mapa Dialógico 03**Participante:** Igor, 09 anos, acolhido na modalidade casa lar.

Tema: Descrição da instituição	
Perguntas	Respostas
Essa Casa (aponte para o desenho), a Casa de Proteção, como ela é? (desenho 1)	Aqui é onde eu estou estudando e os meninos jogando bola.
É diferente da tua casa ou igual?	É igual. Não é não. Porque a minha casa é pequena.
Essa casa é grande ou pequena... É igual ou diferente de outras casas?	É grande. É diferente.
Essa casa (aponte para o desenho), que é a Casa de Proteção, significa alguma coisa pra você? (desenho 1)	Sim. Nada.
Tema: Sentimento atribuído à permanência na instituição	
É um lugar bom ou ruim?	É bom.
O que tem nesse lugar (aponte para o desenho) que faz vc achar bom? (desenho 1)	Estudar, jogar bola...
Que lugar é esse (aponte para o desenho) e o que você está fazendo? (desenho 3 – como se sente na Casa de Proteção)	Fazendo a tarefa.
Você está sozinho ou com alguém (aponte para o desenho)? (desenho 3)	Com alguém... Com a professora.
Tema: O lúdico	
Explica um pouquinho o teu desenho... Isso aqui é o que?	Aqui é uma quadra e eu tô vendo os meninos jogarem bola.
Você prefere ver os meninos jogar bola ou ir jogar bola com eles?	Ir jogar bola.
Brincar é uma coisa boa?	É.
Você gosta de brincar? De que?	Sim. De pega-pega e de matança.

Tema: Sentir-se cuidado	
Que local é esse (aponte para o desenho)? (desenho 2 – lugar que mais gosta)	É a enfermaria. É aqui.
Por que esse lugar é o que você mais gosta?	Porque aqui ela cuida de nois.
Quem cuida?	Ela. A enfermaria.
É a enfermeira?	Sim.
Você já veio aqui nessa sala alguma outra vez?	Sim.
Quando foi que você veio pra essa sala?	Quando foi pra tomar vacina, porque eu tive catapora e estava doendo.
Aqui dentro (aponte para o desenho) você está só ou com alguém? (desenho 2 – lugar que mais gosta)	Alguém. Com a enfermaria.
Tema: Grupo de iguais	
Você tem amigos aqui?	Sim.
Ter amigos é uma coisa boa ou ruim?	Boa.
Você prefere está aqui (aponte para o desenho) sozinho ou com os meninos? (desenho 3)	Com todo mundo.
Com quem você brinca?	Com os meninos.
Com quem você mais gosta de brincar?	Luciano e Raimundo.
São teus amigos? O que é ter amigo?	É. Ah, é uma coisa boa!
Tema: Autoimagem/ respostas afetivas	
Quando vc estava fazendo esse desenho (desenho da Casa de Proteção) você pensou em alguma coisa?	Silêncio. Sim. Pensei que eu estava feliz.

Como você se sente quando está aqui, Ítalo?	Bom.
Você se sente dessa mesma maneira em outros lugares?	Sim.
Onde?	No shopping.
O que tem no shopping que é bom?	Tomar sorvete e brincar nos brinquedos.

Mapa Dialógico 04**Participante:** Roberto, 09 anos, acolhido na modalidade abrigo.

Tema: descrição da instituição	
Perguntas	Respostas
Como é a Casa de Proteção?	Os meninos ficam aqui pra jogar bola. Brincar de matança, de sete cacos...
E a Casa de Proteção [aponte para o desenho] é uma casa grande ou pequena? (desenho 1)	Grande.
É uma casa bonita... feia?	Bonita.
É uma casa boa... Ruim?	Boa.
Você gosta de ficar aqui [aponte para o desenho]? (desenho 1)	[Silêncio] Sim.
Essa casa do desenho significa algo pra vc?	Sim. [Silêncio] Uma coisa boa.
Tema: Sentimento atribuído à permanência na instituição	
Por que você prefere ficar aqui?	Porque aqui é bom.
Se você pudesse escolher continuar aqui na Casa de Proteção ou sair... Você escolheria o que?	Ficar aqui.
Você prefere ficar aqui ou em outro lugar?	Aqui.
Você prefere ficar aqui na Casa de Proteção ou na rua?	Na Casa de Proteção.
O que tem na rua?	Lá na rua tem um monte de pessoas boas... Mas tem uns caras...
Tema: O lúdico	
O que é isso [aponte para o desenho]? (desenho 2 – o lugar que mais gosta na Casa de Proteção)	É o pátio.
O que você faz nesse lugar [aponte para o desenho]? (desenho 2)	Joga bola, brinca de pega-pega...

Brincar é uma coisa boa?	É sim.
Você brinca o dia todo... Como é?	Não brinca o dia todo. E tem dias que não brinca.
Se você pudesse inventar um nome pra esse lugar [aponte para o desenho]... Qual nome você daria? (desenho 2)	Não sei não.
Esses aqui? Quem são?	João, eu e Jailson.
Tema: Sentir-se cuidado	
Você se sente feliz em outros lugares?	Aqui, na casa de minha tia e na casa de minha mãe.
O que acontece que você só se sente feliz nesses lugares?	Porque tem pessoas que me dão atenção. E em outros lugares não.
Você está bem?	Antes de vir para cá era ruim a minha vida.
A vida era ruim?	Era. Os meninos tudinho ficavam encrencando... Os meninos da minha sala, na hora do recreio da minha escola. Agora arrumei uma tia que é boa. Estou estudando em outra escola e morando na Casa de Proteção.
Aqui você tem amigos?	Tenho.
É bom ter amigos?	É. Essa bolsa eu ganhei dela. Ganhei da minha tia. Tudo isso ganhei dela. A bolsa, a garrafa, o caderno de desenhar, o estojo, borracha, lápis e o óculos. Tudo isso eu ganhei dela. O Huck e o Capitão América. Eu vou voltar pra escola, mas, não pra antiga escola porque essa era ruim.
Tema: Grupo de iguais	
São os seus amigos aqui?	Não são só eles.
Você prefere ficar com os meninos ou sem eles?	Com os meninos.
Você já pensou como seria ficar aqui (aponte para o desenho) sem os meninos? (desenho 2)	[Silêncio]

O que você sente pelos meninos que estão aqui?	Eu não sei não.
Sente coisa boa... Ou coisa ruim quando vê os meninos?	Coisa boa! (Houve ênfase na entonação)
Na maior parte do tempo que você está aqui na Casa de Proteção... Você está feliz, triste, chateado?	Feliz.
Tema: Autoimagem/ respostas afetivas	
É você neste desenho?	Não.
Quem é essa pessoa do desenho?	Leandro.
Por que você desenhou Leandro?	Porque ele é desse tamanho [apontou para o desenho].
Você é amigo de Leandro?	Sou.
Como você se sente quando está aqui?	Tem vezes que aqui fica ruim... Quando não brinca.
Tem outras vezes que aqui também fica ruim?	Só quando não brinca.
Como você chegou na Casa de Proteção?	A gente resolveu sair de casa porque a gente apanhava muito. Minha irmã chamou eu e outra irmã minha pra fugir...
E para onde vocês foram?	A gente ficou na rua, limpando o sapato dos homens que passavam na praça, pedindo dinheiro quando alguém passava... A gente também brincava e tomava banho de rio. Mas a gente estava junto. Aí um dia uma mulher achou a gente na rua, disse que estava errado a gente ficar na rua e levou pra outra casa igual a Casa de Proteção. A gente ficou lá juntos uns dias, mas, depois colocaram a gente no carro e me trouxeram pra cá e minhas irmãs pra outra casa igual a Casa de Proteção.
E depois você viu as suas irmãs...? Elas te visitam aqui ou te levam lá na casa que elas ficam pra visitar?	Me levaram só uma vez. E elas chegaram aqui pra me ver só uma vez também. Eu sinto muita falta delas. São minhas irmãs. E saudade.

Há quanto tempo você já está aqui na Casa de Proteção?	Eu não sei. Só sei que tem tempo. Não sei se já tem 01 ano ou 02 anos.
--	--

Mapa Dialógico 05

Participante: Lucas, 11 anos, acolhido na modalidade abrigo.

;Tema: Descrição da instituição	
Perguntas	Respostas
Isso é a Casa de Proteção?	É. Aqui é a Casa de Proteção. E aqui (apontou para o desenho) é lá onde nós estuda. Lá em cima. E aqui é o meio da rua. Aqui é van da Casa de Proteção. E, aqui é o carro... um carro. Aqui é a casa do policial e aqui é um homem roubando dinheiro. E aqui é o policial.
E quem é esse policial?	É o que mora lá perto da casa da Irmã. E aqui (apontou para o desenho) é a casa da Irmã. Mas não consegui fazer direito não. Lá tem câmeras.
Aqui onde a gente tá é a Casa de Proteção... Aqui é a casa da Irmã Alzira, né? O carro da Casa de Proteção, a casa do policial. Isso aqui é a rua? Por que foi que você também desenhou a rua?	Sim. Porque faz parte. Porque é por onde a pessoa vai e chega aqui.
A rua faz parte de que?	Faz parte de perto da Casa de Proteção e da Casa que a gente fica.
O que a Casa de Proteção significa para você, Lucas?	Hum... É bom. A Casa de Proteção dá comida, a pessoa toma banho, almoça, janta, toma banho, dorme, brinca de videogame, assiste televisão e brinca de bola.
Você pensou em alguma coisa quando estava fazendo o desenho da Casa de Proteção?	Sim. Na irmã Alzira... É, porque ela morava lá. Porque foi ela que conseguiu... De primeiro aqui era só uma quadra, tinha nem telhado, tinha só a coisa. E eles engraxava sapato...
A Casa de Proteção é diferente de outras casas?	Lá a pessoa só janta, almoça... E aqui a pessoa tem... Nas casas aí... E aqui dentro a pessoa toma café, lancha, aí janta, almoça, lancha... não pera. Café, lanche, almoço, janta, lanche e lanche de novo e depois dorme.
Além do café e do lanche tem mais o que aqui?	Tem um bocado de coisa. Tem a quadra pra pessoa jogar. Nas casas dos outros não tem quadra, mas, tem o meio da rua e no meio da rua também dá pra jogar.

Tema: Sentimento atribuído à permanência na instituição	
Qual das duas portas você gosta mais? A porta de entrar ou a de sair?	Silêncio. De entrar...
Você prefere entrar aqui na Casa de Proteção do que sair...?	É, mas, tem vezes que eu fico com raiva.
Tem vezes que fica com raiva?	Fico. É... Lucia já falou para os meninos que ninguém pode fazer raiva a eu porque se não eu fico muito com raiva.
Hoje você tá sentindo o que?	Huum...Nada. Só alegre. Um pouquinho alegre.
Tema: O lúdico	
Que lugar é esse mesmo (aponte para o desenho)? (desenho 2)	A quadra e aqui sou eu jogando vôlei.
E aqui (aponte para o desenho)...? (desenho 2)	É a sala da televisão, de assistir...
O que você assiste nessa sala? (desenho 2)	Filme, desenho, um bocado de coisa...
E essa outra sala do lado?	A pessoa escuta música, toca na banda...
O que tem de legal aqui na Casa de Proteção?	A sala da banda, o passeio...
Tema: Sentir-se cuidado	
O que é carinho?	É, assim, alisando a cabeça. Fazendo um bocado de coisa.
O que mais é carinho?	Fazendo cosquinhas, alisando a cabeça, bocado de coisa...
Você recebe isso aqui... Esse carinho?	Silêncio. Sim.
O que você acha que falta aqui na Casa de Proteção?	Nada.
Você se sente dessa maneira em outros lugares?	Sim.

Onde?	Na rua.
É bom sair da Casa de Proteção?	É. Pra passear é.
Tema: Grupo de iguais	
Você joga vôlei com quem?	Com os meninos.
Quando você está na quadra... Geralmente você fica só ou com alguém?	Com os meninos.
Você prefere ficar aqui só ou com os meninos?	Com os meninos.
Os meninos são o que pra você?	Amigos... Colegas...
O que é ter amigo?	É onde algo faz bem para o outro.
Você tem isso aqui?	Sim.
Só pra eu não esquecer. O que é mesmo ter um amigo?	É ter uma pessoa. Sem amigo a pessoa fica ser ter com quem falar, com quem brincar... Amigo é alguém pra emprestar as coisas, que brinca com a pessoa... E joga bola.
Tema: Autoimagem/ respostas afetivas	
Você lembra o que pedi pra você desenhar aqui?	Sim. Raiva, alegre... não. É chorando, raiva, triste e alegre. Raiva, chorando, triste e alegre.
Raiva, chorando, triste e alegre? São pessoas ou é você?	Sou eu.
E com você se sente quando está aqui?	Bem... Às vezes... Alegre. Raiva, chorando, triste e alegre.
Na maioria das vezes é como?	Tem vezes que fico triste e tem vezes que fico alegre.
O que acontece que faz você se sentir dessa maneira?	É que os meninos ficam me chateando.

Quando você fica com raiva?	Quando os meninos ficam com coisa.
E chorando?	Quando os meninos me batem.
E triste?	Quando os meninos ficam tomando as coisas da pessoa.
E alegre?	Quando os meninos dá as coisas a eu, deixa eu brincar. As mães ficam dando carinho.

Mapa Dialógico 06**Participante:** Leandro, 10 anos, acolhido na modalidade abrigo.

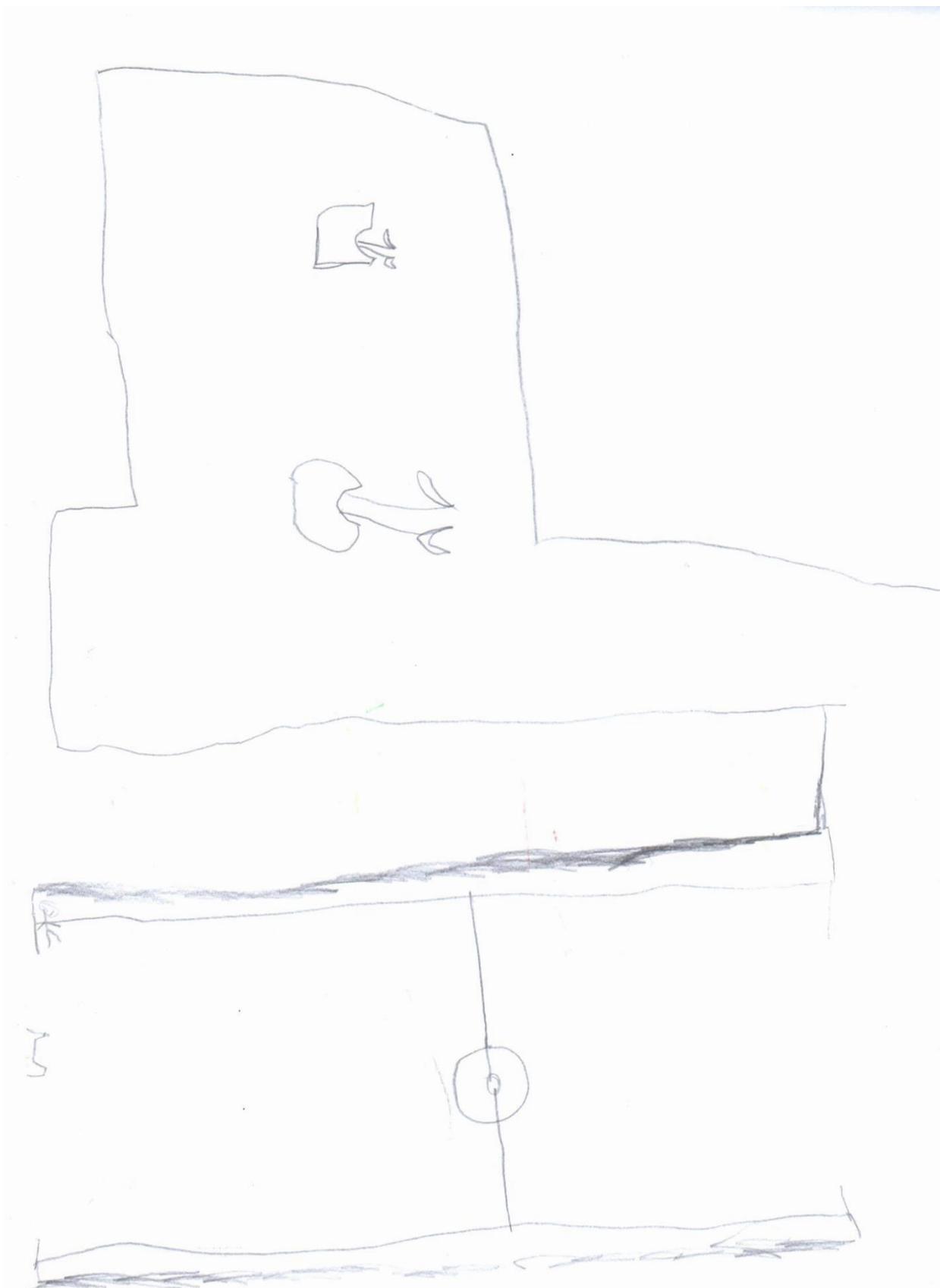
Tema: Descrição da instituição	
Perguntas	Respostas
Como é aqui?	Eu gosto.
É uma casa grande, pequena... Como é?	É uma casa grande e tem uma quadra.
O que mais tem nessa casa?	Tem um bocado de lâmpada e de coisa. Tem também a sala de informática, a sala do educador...
Hum. E está aqui na Casa de Proteção é bom ou ruim?	É bom.
E o que tem aqui que deixa esse lugar bom?	Tudo. A janta, o lanche... Tudo. Jogar bola... é bom. A sala da informática...
É uma casa diferente de outras casas? Ou é igual?	Não. É diferente. Tem almoço, janta, tem tudo. A quadra, a sala de informática, a sala da cultura...
Tema: Sentimento atribuído à permanência na instituição	
E o que essa casa, que é a Casa de Proteção, significa para você?	Significa bom.
Quando você estava desenhando a Casa de Proteção... Pensou em alguma coisa?	Só pensei na Casa de Proteção.
Pensou se você gosta daqui, ou, no que tem aqui na Casa de Proteção?	Pensei... Eu gosto daqui.
Quando você está aqui na Casa de Proteção... Pensa em alguma coisa?	Sim. Correr, brincar, pular...
Tema: O lúdico	

Que lugar é esse?	É a sala da televisão.
Você fica fazendo o que aqui (aponte para o desenho)? (desenho 2 – lugar que mais gosta)	Assistindo.
Esse lugar é aqui nessa casa lar ou na Casa de Proteção?	É aqui.
Tu gosta de ficar mais aqui (casa lar) do que lá?	Não. Eu gosto mais de ficar lá na Casa de Proteção.
Mesmo você desenhando esse lugar que é daqui da casa lar você prefere ficar lá na Casa de Proteção? Por que você prefere ficar lá?	Sim. Porque lá é bom. Tem lugar pra jogar bola e lá tem muito espaço.
E o que acontece nesse lugar (aponte para o desenho)? (desenho 2 – lugar que mais gosta)	Eu fico assistindo e brincando. Lá no quarto também tem brinquedo.
Tema: Sentir-se cuidado	
O que acontece aqui na Casa de Proteção que faz você se sentir feliz?	Jogar bola, correr, pular...
Já se sentiu triste aqui dentro?	Silencio. Não.
Você se sente alegre em outros lugares?	Não.
Quais outros lugares você costuma ir e que não se sente alegre?	Nenhum. Não tem outros lugares.
Mas, antes de você vir pra cá, tinha a sua casa... Lá você se sentia alegre?	Silêncio.
Você se sente mais alegre aqui na Casa de Proteção ou em casa?	Na Casa de Proteção.
Tema: Grupo de iguais	
O quando você está aqui assistindo (aponte para o desenho) está só ou com alguém? (desenho 2 – lugar	Tô com os meninos.

que mais gosta)	
E está como os meninos é bom ou ruim?	É bom.
Você prefere ficar só ou com os meninos?	Com os meninos.
E se você ficasse só sem os meninos? Como seria?	Não sei. Mas não ia ser bom não.
Você considera os meninos seus amigos?	Sim.
Se você pudesse dar um nome pra esse lugar (aponte para o desenho), que nome daria? (desenho 2 – lugar que mais gosta)	Seja bem-vindo a nossa casa.
Tema: Autoimagem/ respostas afetivas	
Pedi pra você desenhar como você se sente aqui na Casa de Proteção...	É bem.
Como Você se sente (aponte para o desenho)? (desenho 3)	Alegre.
Nesse desenho aqui é você? (desenho 3)	Silêncio.
É um menino?	É sim.
E o que esse menino (aponte para o desenho) está fazendo? (desenho 3)	Tá sorrindo.
Você se sente feliz quando está aqui?	Sim.

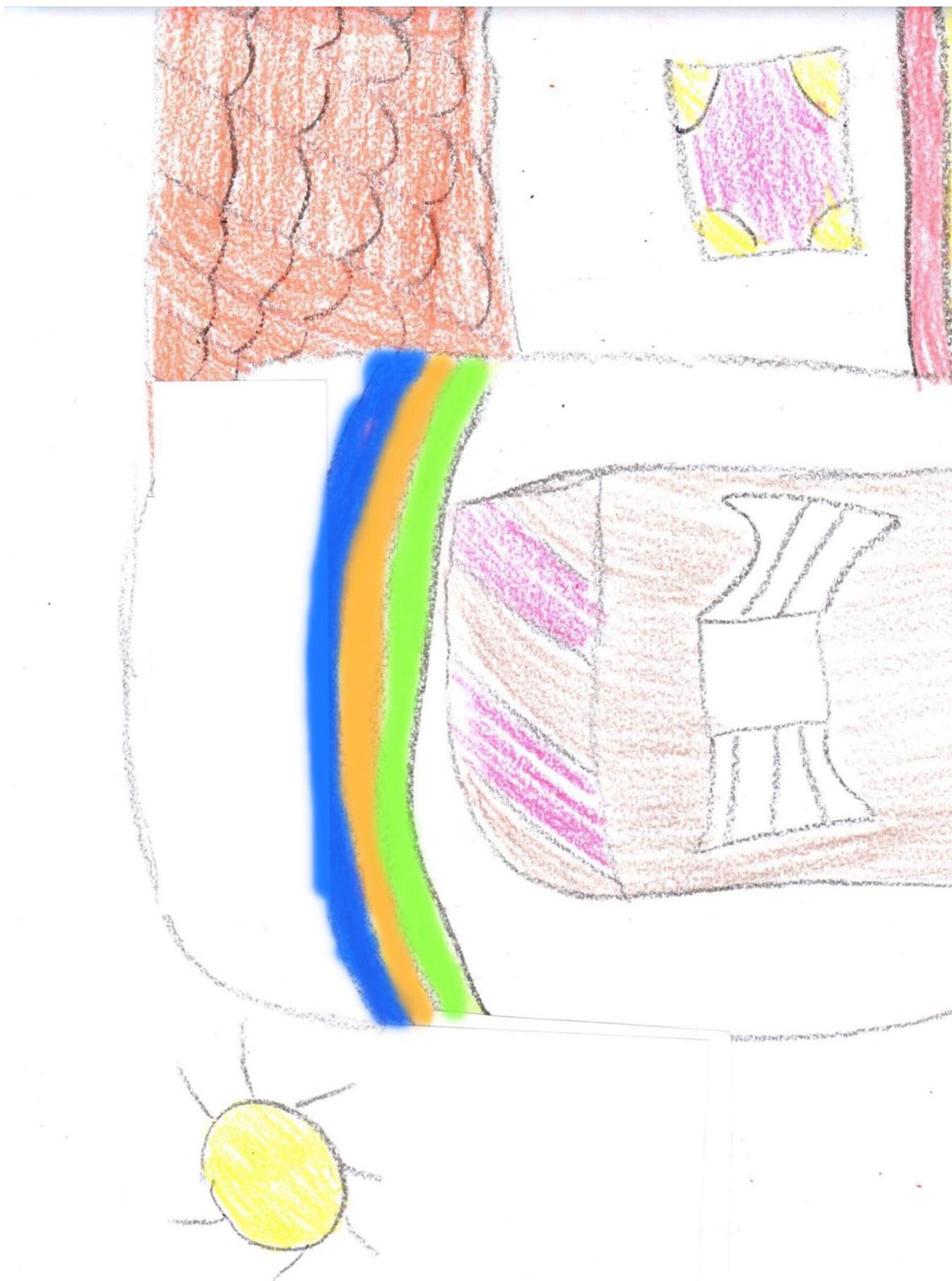
ANEXO A

Ricardo, desenho 2, Qual o lugar que você mais gosta dentro da Casa de Proteção



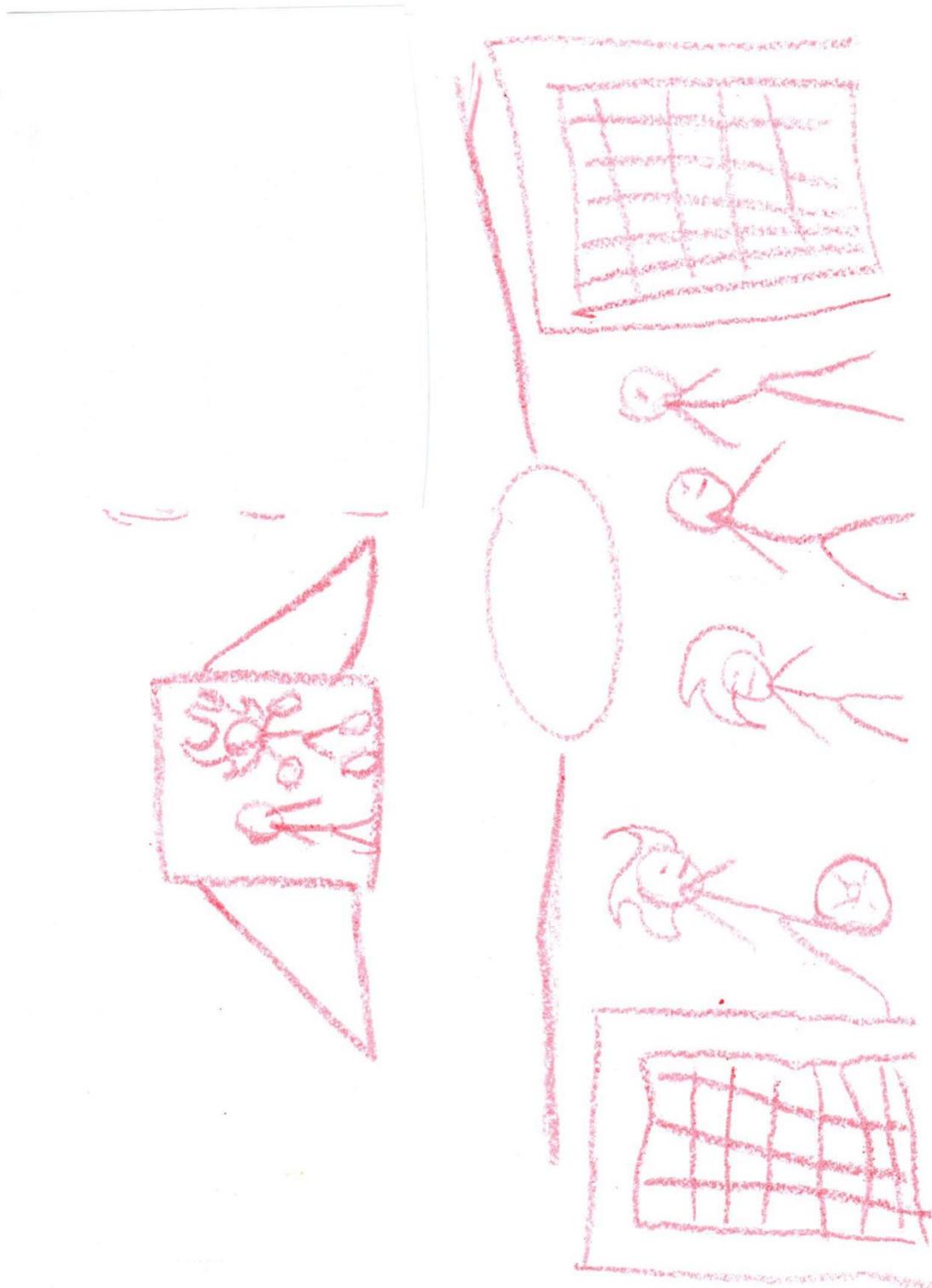
ANEXO B

Roberto, desenho 1, como é a Casa de Proteção



ANEXO C

Roberto, desenho 2, Qual o lugar que você mais gosta dentro da Casa de Proteção



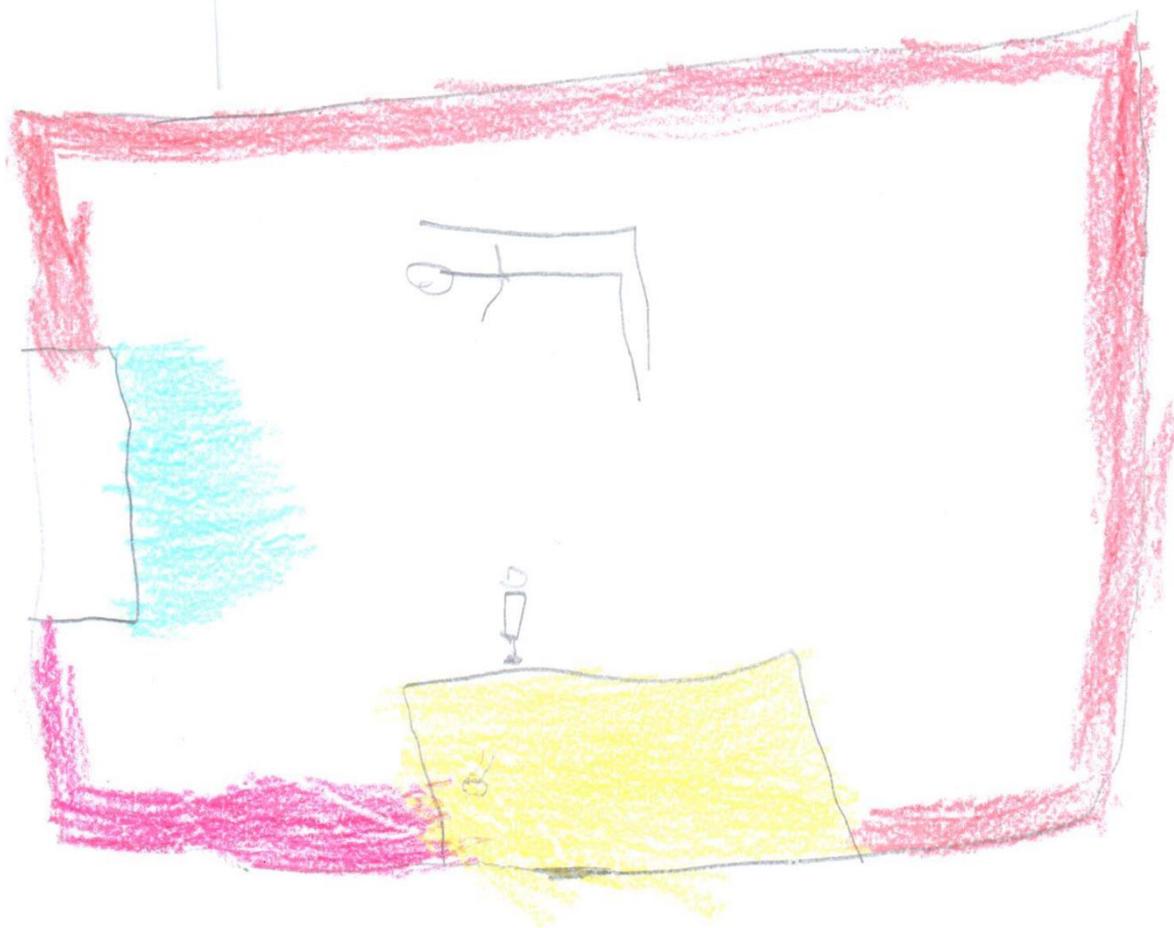
ANEXO D

Igor, desenho 1, Como é a Casa de Proteção



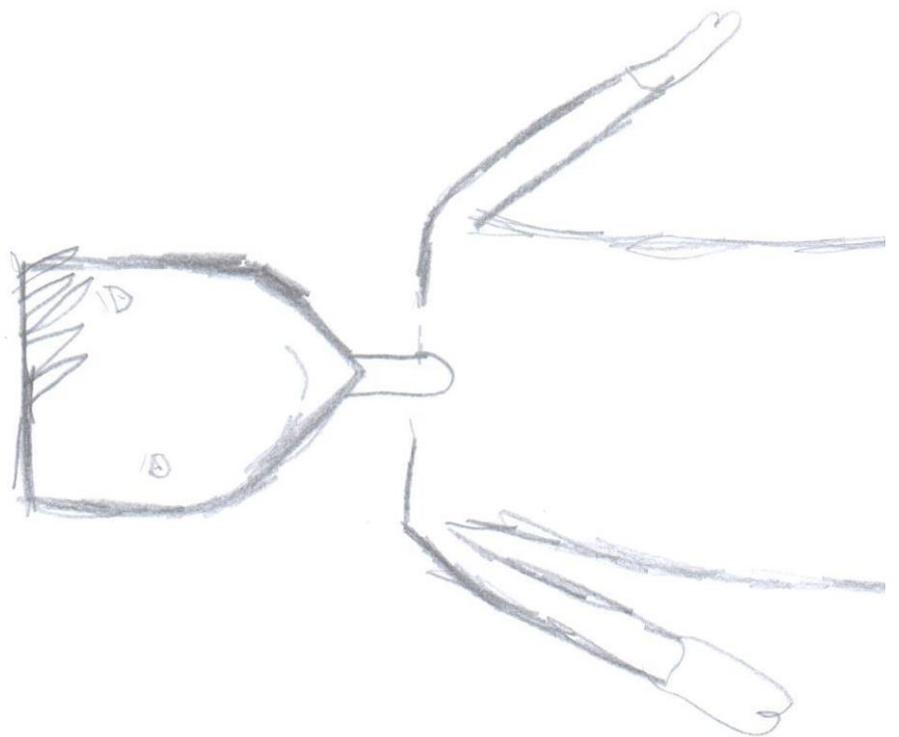
ANEXO E

Igor, desenho 2, Qual o lugar que você mais gosta dentro da Casa de Proteção



ANEXO F

Ricardo, desenho 3, Como você se sente quando está na Casa de Proteção



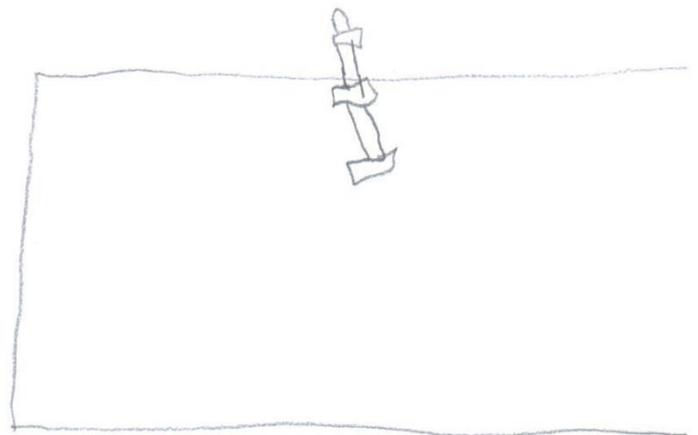
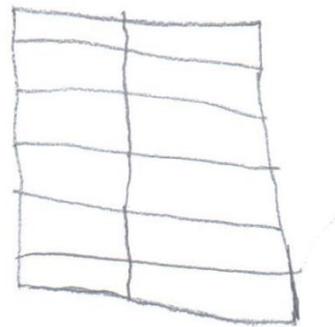
ANEXO G

Lucas, desenho 3, Como você se sente quando está na Casa de Proteção



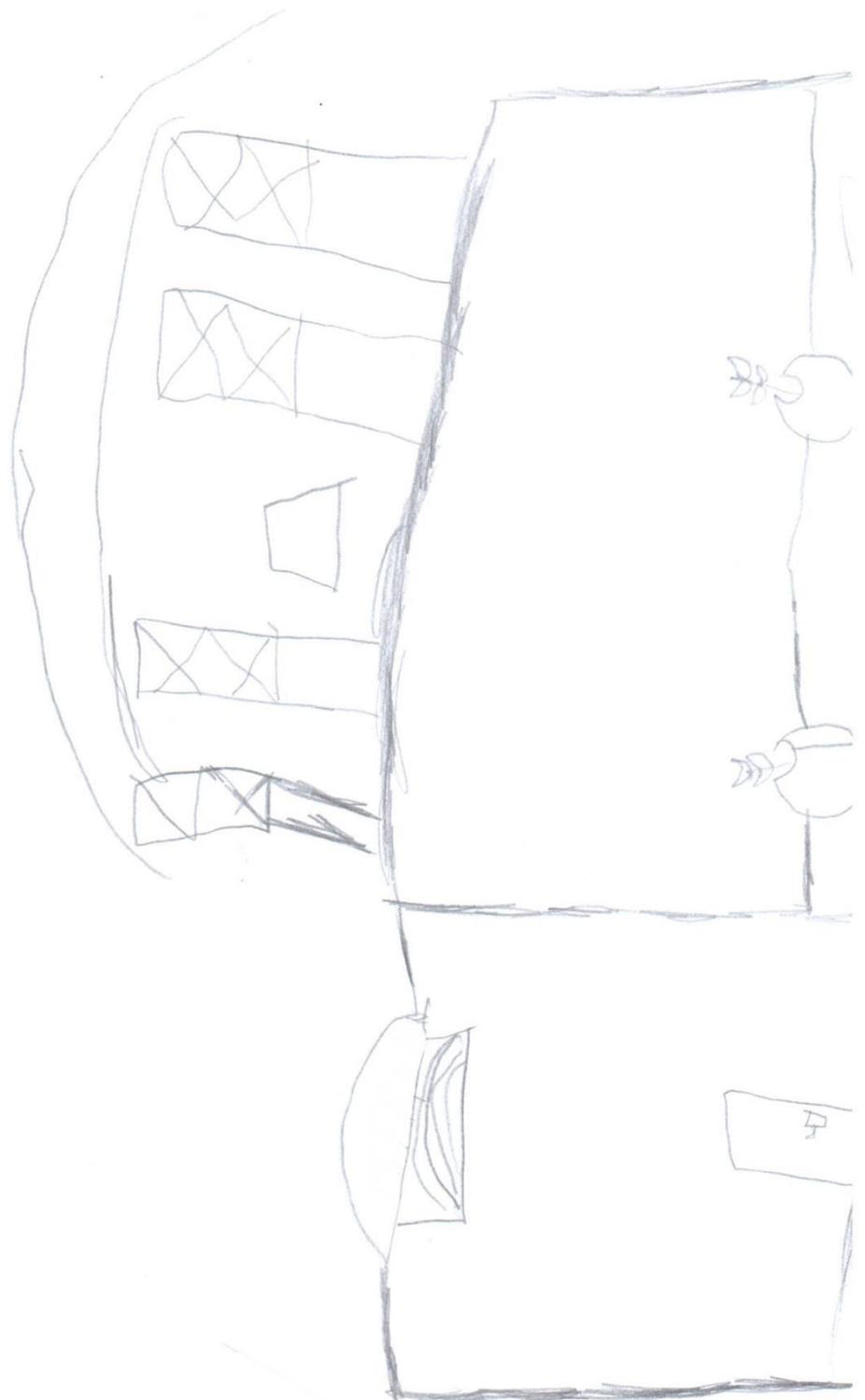
ANEXO H

Luiz, desenho 2, Qual o lugar que você mais gosta dentro da Casa de Proteção



ANEXO I

Ricardo, desenho 1, Como é a Casa de Proteção



ANEXO J

Lucas, desenho 1, Como é a Casa de Proteção

